

DIÁLOGO GLOBAL

12.2

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia com
Shruti Majumdar

Sebastián Galleguillos

Notas sobre
a guerra na Ucrânia

Sari Hanafi

Teorias sobre
o capitalismo

William I. Robinson
Patricia Ventrice
Esteban Torres
Fabrício Maciel

Desafios para
o ensino superior

Johanna Grubner
Stephanie Ross
Larry Savage
Ka Ho Mok
Elizabeth Balbachevsky
Yusef Waghid

Perspectivas
teóricas

Michael Burawoy

Sociologia
da Turquia

N. Beril Özer Tekin
Aslı Telsezen
Diele Koylan
Özkan Öztürk
İlknur Hacısöftaoglu

Seção aberta

- > Da hiperglobalização à cooperação sustentável
- > O patrimônio mundial da UNESCO Völklinger Hütte
- > Karl Polanyi sobre o “populismo” de direita
- > Aprendendo com as histórias dos perpetradores de homicídio
- > Trabalho de entrega via plataformas digitais no Brasil

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 12 / EDIÇÃO 2 / AGOSTO DE 2022
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

Nesta edição do *Diálogo Global*, a seção “Falando de Sociologia” apresenta uma entrevista com Shruti Majumdar, uma socióloga da Índia que trabalha como especialista em violência de gênero para o Fundo Fiduciário das Nações Unidas, para acabar com a violência contra a Mulher. De sua posição atual nas Nações Unidas, ela explica a Sebastián Galleguillos como sua lente sociológica tem se mostrado útil para trabalhar dentro de organizações internacionais, e também dá conselhos a sociólogos interessados em combinar pesquisa e prática no campo internacional do desenvolvimento.

Enquanto isso, depois de mais de meio ano desde que a guerra contra a Ucrânia eclodiu, estamos testemunhando profundas mudanças em andamento nas relações internacionais e na política. O *Diálogo Global* inicia, nesta edição, uma reflexão sobre esta situação convidando o presidente da ISA, Sari Hanafi, a olhar para as últimas décadas, para as guerras em muitas partes do mundo e seus efeitos desastrosos, e a analisar a ruptura marcada pela guerra de agressão da Rússia em termos de conseqüências geopolíticas.

O primeiro simpósio desenvolve as teorias do capitalismo, mostrando uma ampla gama de abordagens e argumentos para a compreensão das sociedades capitalistas contemporâneas. Enquanto Patricia Ventreri oferece análises concretas da conexão entre mudança tecnológica, precarização e sindicalização, Esteban Torres traz o conceito de “mundialização” para a teoria do capitalismo, a fim de explicar a crescente complexidade das estruturas de classe globais. Em referência à sociedade brasileira, Fabrício Maciel mostra como, além da precariedade, a indignidade e a degradação também devem ser levadas em conta para explicar melhor a ascensão dos movimentos autoritários e de direita. William I. Robinson adota uma abordagem global para mostrar a evolução da estratificação geográfica entre centro e periferia, bem como sua lenta mudança mundial para aumentar as desigualdades dentro dos estados.

Desde o início dos anos 1990, as instituições de ensino superior têm sido afetadas pela reestruturação neoliberal do setor público e estão cada vez mais mercantilizadas. Os artigos em nosso segundo simpósio, organizado por Johanna Grubner, examinam essas transformações em diferentes partes do mundo. Stephanie Ross e Larry Savage analisam os efeitos da contínua neoliberalização do

setor de ensino superior canadense em termos de mercantilização e reorganização dos regimes de trabalho. Ka Ho Mok analisa as oportunidades de trabalho para os graduados do ensino superior à luz da massificação das instituições de ensino superior do leste asiático e de um mercado de trabalho altamente competitivo. Elizabeth Balbachevsky discute os desafios que surgem para as universidades diante dos governos neo-populistas e mostra como, no caso das universidades brasileiras, os processos de tomada de decisão semi-autônomos podem garantir a estabilidade das universidades. Yusef Waghid examina criticamente a tendência do ensino à distância apresentada pela pandemia da COVID-19 e defende uma reestruturação das universidades (sul-africanas) ao longo da ética africana do *ubuntu*. Neste sentido, as universidades deveriam ser autônomas, bem como conectadas e posicionadas com a sociedade.

A seção teórica traz reflexões sobre o capitalismo. Aqui, Michael Burawoy retoma o conceito de utopias reais de Erik Olin Wright e o relaciona sistematicamente com o pensamento de Karl Marx e Karl Polanyi. Mostrando o que pode ser ganho se todas as três abordagens forem levadas em consideração, ele, ainda assim, coloca seu dedo nos desideratos que têm em comum: “quem formará o ator coletivo para salvar a humanidade do capitalismo? Este é o problema que Marx, Polanyi e Wright nos deixaram para resolver”.

Nessa edição, o foco está na sociologia da Turquia. Esta coleção de artigos organizada por N. Beril Özer Tekin trata de diversos tópicos, desde desigualdades de gênero a trabalho de colarinho branco e seus hábitos de trabalho durante a pandemia, o impacto da pandemia sobre os idosos e a abordagem atual do governo turco às questões de destruição ambiental.

No artigo da “Seção Aberta” Hans-Jürgen Urban e uma série de fotos concedidas ao *Diálogo Global* lançam luz sobre o desenvolvimento industrial enquanto Bruna de Penha e Ana Beatriz Bueno dão uma visão sobre o trabalho de entrega organizado por plataformas digitais. Outros tópicos incluídos nesta seção são uma perspectiva polonesa sobre o populismo de direita e reflexões sociológicas sobre os perpetradores de homicídios. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em vários idiomas no [website da revista](#).
> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**

> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Raphael Deindl, Johanna Grubner, Walid Ibrahim.

Editora associada: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalon, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Mumita Tanjeela, Bijoy Krishna Banik, Sabina Sharmin, Abdur Rashid, M. Omar Faruque, Mohammed Jahirul Islam, Sarker Sohel Rana, Md. Shahidul Islam, A.B.M. Najmus Sakib, Eashrat Jahan Eyemooon, Helal Uddin, Masudur Rahman, Shamsul Arefin, Yasmin Sultana, Syka Parvin, Ruma Parvin, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana; Sharmin Akter Shapla, Md. Shahin Aktar.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

França/Espanha: Lola Busuttill.

Índia: Rashmi Jain, Rakesh Rana, Manish Yadav.

Indonésia: Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sayyed Muhamad Mutallebi, Elham Shushhtarizade.

Mundo árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani; (Líbano) Sari Hanafi.

Polónia: Urszula Jarecka, Joanna Bednarek, Marta Błaszczyńska, Anna Turner, Aleksandra Biernacka.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Irina Elena Ion, Bianca Mihăilă, Ruxandra Păduraru, Ana-Maria Rentea, Maria Vlasceanu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yu-Wen Liao, Po-Shung Hong, Yi-Shuo Huang, Chien-Ying Chien, Yu-Chia Chen, Mark Yi-wei Lai, Yun-Jou Lin, Yun-Hsuan Chou.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Este simpósio reúne debates e perspectivas atuais sobre temas como classe, digitalização e desigualdade social e como eles podem ser capturados para teorias sobre o capitalismo.



Os artigos deste simpósio discutem os **desafios enfrentados pelo ensino superior** e retomam os atuais processos de transformação do sistema de ensino superior e suas consequências.



Sob um foco no país, são apresentadas percepções sobre diferentes áreas da **sociologia na Turquia**, cobrindo uma envolvente temática de gênero, tecnologia e sociologia ambiental.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Usando a sociologia para enfrentar a violência contra a mulher:
entrevista com Shruti Majumdar

por **Sebastián Galleguillos, EUA** 5

> NOTAS SOBRE A GUERRA NA UCRÂNIA

Ucrânia, o paradigma imperial de Putin e a Euro-América

por **Sari Hanafi, Líbano** 8

> TEORIAS SOBRE O CAPITALISMO

Capitalismo e desigualdade global

por **William I. Robinson, EUA** 10

Capitalismo de plataforma na América Latina

por **Patricia Ventrici, Argentina** 12

Sistema intercapital: classes moleculares e orgânicas

por **Esteban Torres, Argentina** 14

Capitalismo indigno

por **Fabrizio Maciel, Alemanha** 16

> DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR

Neoliberalização, mercantilização e precarização
no ensino superior

por **Johanna Grubner, Áustria** 18

Neoliberalização no ensino superior pós-pandemia

por **Stephanie Ross e Larry Savage, Canadá** 19

O ensino superior e o emprego: tendências do Leste Asiático

por **Ka Ho Mok, Hong Kong** 21

Resiliência universitária sob o populismo no Brasil

por **Elizabeth Balbachevsky, Brasil** 24

A possibilidade de uma universidade *ubuntu*

por **Yusef Waghid, África do Sul** 26

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A necessidade de utopias reais

por **Michael Burawoy, EUA** 28

> SOCIOLOGIA DA TURQUIA

Sociologia turca: desafios e possibilidades

por **N. Beril Özer Tekin, Turquia** 31

(Des)igualdade de gênero e feminismo na Turquia

por **Aslı Telseren, Turquia** 32

COVID-19 e consumo de classe média na Turquia

por **Dicle Koylan, Turquia** 34

A sociologia do ambientalismo na Turquia

por **Özkan Öztürk, Turquia** 36

Mulheres apanhadas nos confrontos ideológicos da Turquia

por **İlknur Hacisoftaoglu, Turquia** 38

A pandemia e os “imigrantes digitais” na Turquia

por **N. Beril Özer Tekin, Turquia** 40

> SEÇÃO ABERTA

Quais são os caminhos da hiperglobalização à cooperação
sustentável?

por **Hans-Jürgen Urban, Alemanha** 42

A natureza volta:

Siderúrgica de Völklinger, Patrimônio Mundial da UNESCO

por **Max Aulenbacher, Alemanha** 44

Por que olhar para cima? Karl Polanyi sobre o “populismo”
de direita

por **Sang Hun Lim, Coreia do Sul** 47

Aprendendo com as histórias de perpetradores de homicídios

por **Martín Hernán Di Marco, Noruega** 49

Trabalho de entrega por plataformas digitais no Brasil

por **Bruna da Penha e Ana Beatriz Bueno, Brasil** 51

“**Meu conselho para sociólogos juniores seria ler amplamente
através das disciplinas e do espectro da teoria e da prática.
E não ter medo de fazer grandes perguntas**”

Shruti Majumdar

> Usando a sociologia para enfrentar a violência contra a mulher

Entrevista com Shruti Majumdar



Shruti Majumdar é atualmente a gerente de programas em exercício para o Fim da Violência contra a Mulher no escritório das Mulheres da ONU, no Afeganistão. Ela tem mais de uma década de experiência de campo no Banco Mundial e nas Nações Unidas na interseção de programas e pesquisas sobre programas de empoderamento das mulheres em vários países como Índia, Bangladesh, Sérvia, Jordânia e Uzbequistão. Shruti possui mestrado e doutorado em Sociologia pela Brown University, e bacharelado em Sociologia pelo Lady Shri Ram College, da Universidade de Delhi.

Aqui ela é entrevistada por **Sebastián Galleguillos**, estudante de doutorado no John Jay College of Criminal Justice (CUNY), onde também completou mestrado em Crime e Justiça Internacional. Ele é Representante da Juventude da Associação Sociológica Internacional (ISA) junto às Nações Unidas e Associado de Pesquisa no Centro de Estudios de Derecho Penal, Universidade de Talca, Chile. Seus interesses de pesquisa incluem criminologia comparativa, mídia social e crime, e alternativas ao encarceramento.

SG: *Você pode me falar sobre sua posição atual nas Nações Unidas? Há quanto tempo você ocupa esse cargo e quais são suas principais funções?*

SM: Desde 2018, tenho trabalhado no Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Acabar com a Violência contra a Mulher, na [ONU Mulheres](#). Apoiamos e investimos em organizações da sociedade civil em todo o mundo que trabalham para eliminar a violência contra as mulheres. O Fundo Fiduciário das Nações Unidas tem 25 anos de existência e uma longa história de trabalho com organizações de direitos da mulher e movimentos de mulheres. Somente em 2020, apoiamos 150 projetos liderados pela sociedade civil em 71 países e territórios que trabalharam em uma série de questões: prestando serviços às sobreviventes da violência; fortalecendo a implementação de leis, políticas e planos de ação sobre violência contra as mulheres; e prevenindo a ocorrência de violência ao atacar as causas básicas da violência e da desigualdade de gênero.

No meu papel como especialista em Monitoramento e Avaliação, meu trabalho pode ser amplamente dividido em duas partes. Primeiro, trabalho diretamente com

organizações da sociedade civil para construir sua capacidade de pesquisa e avaliação e para tornar os dados centrais para sua programação. Eu as ajudo a chegar às metodologias mais apropriadas, éticas e seguras para medir o impacto de seus programas em suas comunidades. Uma segunda e importante parte de meu trabalho é o crescimento da função e capacidade de pesquisa interna sobre violência contra as mulheres na ONU Mulheres. Este trabalho é crítico porque a violência contra mulheres e meninas é devastadoramente difundida – [globalmente uma em cada três mulheres relata violência física ou sexual por um parceiro íntimo ou não parceiro](#), e este número permaneceu inalterado na última década. Ao mesmo tempo, sabemos que a violência é evitável, por isso é fundamental que aprendamos com organizações que vêm trabalhando na linha de frente há décadas. Estou envolvida em escrever propostas de pesquisa, mobilizar recursos, gerenciar equipes de pesquisadores externos e coproduzir conhecimentos em parceria com organizações da linha de frente. Esta pesquisa, também, alimenta meu apoio diário a estas organizações. Em poucas palavras, meu trabalho envolve um constante deslocamento entre a pesquisa

>>

sociológica e a prática do desenvolvimento – algo pelo qual sempre fui apaixonada.

SG: *Você passou vários anos estudando sociologia, incluindo um bacharelado, um mestrado e um doutorado em sociologia de diferentes universidades. Como você aplica suas lentes sociológicas e suas habilidades na ONU Mulheres?*

SM: De fato, eu passei quase dez anos estudando sociologia formalmente, e ainda continuo sendo aluna da disciplina! Recebi meu bacharelado em sociologia da Universidade de Deli no início dos anos 2000. Como muitos jovens sociólogos indianos, eu estava profundamente inspirada pelo trabalho do M.N. Srinivas e sua inabalável crença na disciplina e nas ferramentas e métodos que ela oferece na compreensão do mundo em que vivemos, especialmente na compreensão da estrutura social e das mudanças. Eu sabia muito cedo que queria seguir a sociologia e que queria aplicar uma lente sociológica aos problemas do mundo real. Por isso, logo após minha graduação, mudei-me para os Estados Unidos para buscar um mestrado e doutorado em sociologia na Brown University, que é um centro maravilhoso tanto para a sociologia do desenvolvimento quanto para o trabalho interdisciplinar sobre os desafios urgentes do desenvolvimento. Fiquei muito interessada em violência estrutural e movimentos sociais durante meu tempo na Brown e em questões de por que alguns grupos são mais propensos a serem marginalizados (ou a serem mobilizados) em certos tempos e espaços em relação a outros. Além disso, embora tenha treinado tanto em métodos qualitativos quanto quantitativos, fui realmente atraída por boas etnografias. Através de meu doutorado e eventualmente como socióloga no Banco Mundial, tive a sorte de passar tempo conduzindo etnografias incorporadas em projetos de desenvolvimento em larga escala na Índia, Bangladesh, Sérvia, Uzbequistão, Jordânia, Libéria, e outros países.

Em termos de aplicação dessas habilidades ao meu trabalho atual na ONU, eu as uso todos os dias porque uma lente sociológica é absolutamente crítica para o campo da violência contra as mulheres: para diagnosticar a causa raiz do problema, ou seja, as estruturas sociais e as normas que reforçam a violência; para cocriar projetos contextualmente relevantes com governos e organizações da sociedade civil; e para avaliar se esses projetos têm sido eficazes para aqueles a quem se destinam e, em caso afirmativo, como e por quê. Você pode encontrar aqui alguns dos meus trabalhos mais recentes, que é uma série de trabalhos coproduzidos com mais de 100 profissionais e cientistas sociais em todo o mundo, em três idiomas, sobre a prevenção da violência contra mulheres e meninas e observando que tipos de soluções têm funcionado melhor. É a primeira de seu tipo de revisão sistemática da pesquisa qualitativa e de métodos mistos que desdobra algumas questões realmente difíceis – por exemplo, sobre a interseção de vulnerabilidades e por que algumas mulheres e meninas são mais propensas a experimentar violência

do que outras, como as comunidades podem se mobilizar para prevenir a violência, que tipos de resistência e de reação das organizações da sociedade civil experimentam diariamente contra seu trabalho, e como elas adaptam estratégias para manter o trabalho. O campo ainda é, em grande parte, a arena dos economistas da saúde pública e, conseqüentemente, de questões em torno do que funciona para acabar com a violência. Complementando-o com pesquisas sociológicas sobre como e por que as coisas funcionam, e fazendo pesquisas sobre estigmatização, poder e violência estrutural deixa claro que é necessário mais trabalho para desenvolver soluções de longo prazo, holísticas e sustentáveis para este problema.

SG: *Com base em sua experiência, que desafios os sociólogos podem enfrentar ao trabalhar em organizações internacionais? Como você supera esses desafios?*

SM: Na minha opinião, há mais oportunidades do que desafios! Os sociólogos têm muito a oferecer quando se trata de analisar a montante, projetar e avaliar a jusante de programas de desenvolvimento, e há muitos caminhos para uma colaboração frutífera entre disciplinas. Alguns desafios que posso pensar, no entanto (alguns verdadeiros para todos os pesquisadores e outros talvez mais para os sociólogos), estão transcendendo não apenas as fronteiras disciplinares, mas as fronteiras entre a pesquisa de desenvolvimento e a prática do desenvolvimento. Em outras palavras, como alavancar, eficazmente, a teoria sociológica para a prática, e depois, vice-versa, como usar a prática para informar a teoria, e como criar mais espaços de diálogo entre os dois?

A pesquisa e a prática geralmente tendem a ter ritmos diferentes; é importante encontrar maneiras de dialogar efetivamente para coproduzir soluções na linha de frente que estejam fundamentadas nas necessidades das sobreviventes e das mulheres e meninas em situação de risco. Mais pesquisadores precisam estar envolvidos em pesquisas de implementação rápida, que se baseiem nos tipos de problemas com os quais a sociedade civil e os governos se debatem todos os dias, mas que ainda se baseiam em teoria - tive a sorte de fazer parte de uma equipe do Banco Mundial chamada [Observatório Social](#), onde fizemos uma pesquisa de ponta no sul da Ásia. É absolutamente crítico aprender e documentar a prática diária das organizações da sociedade civil, especialmente as organizações de direitos das mulheres, que trabalham na linha de frente há décadas, mas lutam para documentar seu trabalho, e permitir que ele informe a teoria sociológica.

Um segundo desafio, e este é específico aos sociólogos, é como utilizar a pesquisa etnográfica rigorosa como base para repensar algumas das principais questões colocadas na prática do desenvolvimento. Há alguns anos, o *The New York Times* publicou um maravilhoso e instigante artigo intitulado [“E se os sociólogos tivessem tanta influência quanto os economistas?”](#). Como Michèle Lamont argumenta, no artigo, muitas vezes as perguntas feitas aos projetos são perguntas que os economistas estão equipados

para responder; com mais sociólogos na sala, as próprias perguntas que estão sendo feitas irão gradualmente mudar. Elas mudarão para o como e por que, ou seja, como e por que projetos liderados por organizações da sociedade civil ou governos estão tendo um impacto em sistemas e estruturas sociais mais amplos.

SG: Que políticas você promoveu na ONU Mulheres para fortalecer os direitos da mulher durante a pandemia? Na sua opinião, quais são as áreas que estamos negligenciando?

SM: A pandemia e as subsequentes medidas de isolamento em países de todo o mundo levaram a um notável aumento de várias formas de violência, notadamente a violência do parceiro íntimo (já que mais mulheres estão presas com seus perpetradores), violência sexual não parceira, assédio sexual on-line e, em certas regiões, até mesmo práticas tradicionais prejudiciais, como a mutilação genital feminina e o casamento infantil precoce e forçado. No Fundo Fiduciário da ONU, em colaboração com muitas organizações da sociedade civil, tenho escrito regularmente sobre estas tendências para levá-las à atenção dos formuladores de políticas e doadores. Como os confinamentos continuam indefinidamente ou são reinstituídos, as organizações da sociedade civil em todo o mundo estão comparando a situação à uma crise prolongada e querem construir suas condições para enfrentar emergências e manter resiliência. Elas, especialmente as organizações menores e de base, precisam de fundos flexíveis e essenciais – para salários, seguro saúde, comunicação e transporte – para construir sua capacidade de adaptação. O bloqueio enfraqueceu gravemente a capacidade das organizações da sociedade civil e ameaça sua sobrevivência. Várias de suas instalações foram desviadas para testes COVID-19, seus abrigos e pessoal estão sobrecarregados e várias tiveram que fechar escritórios, reduzir seu tamanho e demitir pessoal exatamente quando são mais necessários. Elas são necessárias porque as mulheres ainda estão se aproximando de suas organizações locais de direitos da mulher e estruturas comunitárias para obter ajuda – através da WhatsApp, mídia social, linhas de ajuda, boca a boca, ou diretamente, as mulheres estão buscando apoio de seus abrigos locais, líderes de grupos de autoajuda, agentes comunitários de saúde, líderes religiosos, conselheiros comunitários e paralegais.

Diante disto, na ONU Mulheres continuamos e ampliamos ainda mais nosso apoio à sociedade civil, levantamos mais recursos e fornecemos financiamento flexível a estas organizações. Também estamos ouvindo e aprendendo com elas¹ – porque, neste momento, estas organizações, como primeiras respostas, têm muitos dados texturizados e em tempo real, e precisamos fazer com que os formuladores de políticas e pesquisadores escutem e trabalhem junto com eles para desempacotar e agir com base nesses dados. Em resumo, as vozes dos sobreviventes e das organizações da sociedade civil de base têm que ser o ponto de partida para as políticas, e o fim da violência

contra as mulheres e as políticas de meninas precisa ser adaptadas e extremamente localizadas neste momento.

SG: Finalmente, você tem algum conselho para sociólogos juniores e cientistas sociais que estão começando uma carreira no campo internacional? Você tem alguma recomendação ou informação sobre a localização de oportunidades de emprego?

SM: Meu conselho para sociólogos juniores seria ler amplamente através das disciplinas e do espectro da teoria e da prática. E não ter medo de fazer grandes perguntas! Os sociólogos estão bem equipados para se envolverem de forma ponderada e crítica com a prática do desenvolvimento através de seus conhecimentos teóricos e ferramentas metodológicas, e para promover o campo. A experiência da pandemia da COVID-19 revelou a fragilidade do progresso na igualdade de gênero e a escala dos desafios que persistem. Estamos agora em um momento crítico, em que há um reconhecimento, cada vez maior, de que são necessárias abordagens transformadoras que requerem mudanças profundas e duradouras no poder em todos os domínios. Precisamos criar programas mais holísticos que estabeleçam o patriarcado e a desigualdade de gênero profundamente enraizada como os desafios a serem superados, e precisamos nos perguntar: Quais são os sistemas, ideologias e instituições que criam, incorporam e perpetuam o patriarcado? Como podemos transformá-los de formas sustentáveis em contextos e épocas específicas? Acredito firmemente que os sociólogos podem contribuir para isso, tanto na pesquisa quanto na prática.

Também encorajo os jovens sociólogos que estão começando suas carreiras a ganhar o máximo de experiência de campo possível – os programas das Nações Unidas a nível nacional são onde se pode ganhar uma compreensão fundamentada dos complexos desafios de desenvolvimento. Estas oportunidades podem ser encontradas no site das carreiras da ONU. Além disso, embora seja importante manter-se atualizado sobre os desafios de desenvolvimento, é igualmente importante manter-se a par das pesquisas de ponta no campo, especialmente se você planeja usar os dois chapéus! E a este respeito, não posso enfatizar o suficiente o potencial de aprender com outros sociólogos dentro de organizações como a ISA. É uma plataforma fantástica para se manter atualizado, disseminar suas próprias pesquisas e criar colaborações relevantes.

E, por fim, não hesite em contatar os sociólogos que estão usando os dois chapéus. Descobri que alcançar os ex-alunos da pós-graduação foi uma ótima maneira de entender plenamente a natureza do trabalho. E eles ainda continuam sendo meu sistema de apoio na navegação do complexo, e sempre em evolução, campo do desenvolvimento. ■

Contato com Shruti Majumdar <shruti.majumdar@gmail.com>

1. [United Nations Women \(2020\). Voices from the ground: Impact of COVID-19 on violence against women.](#)

> Ucrânia, o paradigma imperial de Putin e a Euro-América

por **Sari Hanafi**, Universidade Americana de Beirute, Líbano, e Presidente da Associação Sociológica Internacional (2018-2023)



Créditos: Pixabay/Creative Commons License.

A invasão criminosa russa na Ucrânia, que abalou o mundo, não é apenas uma guerra isolada, mas também uma guerra excepcional. É excepcional com base em sua capacidade de transformar-se em uma terceira Guerra Mundial e, mais especificamente, em seu risco de se tornar uma guerra nuclear. A expansão da OTAN para o leste é uma provocação, ou, pelo menos, o que o filósofo palestino Azmi Bishara (2022) chamou de “determinação de não evitar o caminho para a guerra”, mas não justifica de forma alguma esta furiosa invasão e o passo unilateral sobre a soberania de um país. A Associação Internacional de Sociologia (ISA) divulgou uma declaração no início desta guerra¹, expressando sua profunda preocupação com a ofensiva militar russa na Ucrânia. Para a ISA, e para mim pessoalmente, a guerra nunca é uma solução aceitável e é contra todos os valores que defendemos. A ISA é solidária com os cientistas sociais ucranianos e com nossos colegas em outros lugares, inclusive na Federação Russa e em Belarus, que levantaram suas vozes contra esta guerra e defenderam a democracia e os direitos humanos².

> O paradigma imperial de Putin

A Rússia de Putin está minando persistentemente os ideais democráticos liberais que a humanidade vem desenvolvendo há muito tempo. Putin não só está no poder efetivamente desde 2000, mas também vem travando uma guerra ativa contra qualquer tentativa de democratização de outros países (Geórgia, Síria, Ucrânia, etc.). Ele tem imitado parcialmente algumas das exibições unilaterais de poder dos Estados Unidos (por exemplo, a invasão do Iraque), mas a diferença é que o regime iraquiano de Saddam Hussein era de fato ditatorial. A Ucrânia é um país democrático, embora altamente dividido sobre a questão da adesão à OTAN. De acordo com pesquisas recentes, enquanto mais da metade da população é favorável à adesão à UE, apenas 40 a 50% são favoráveis à adesão à OTAN (Bishara 2022). Esta posição ambivalente é sábia, pois leva em conta o patético “nacionalismo de grande poder” da Rússia, que se baseia principalmente em três vetores: A identidade

russa forjada pela igreja ortodoxa e pelos czares; a etnia eslava (pensando a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia como o mesmo espaço); e, em menor grau, a Eurásia (necessária para a grandeza da Rússia através de uma aliança com as antigas repúblicas asiáticas da União Soviética e a China). Enquanto Marx se referiu à Rússia czarista do século XIX como o bastião da reação na Europa, a Rússia populista de Putin desempenha novamente este papel lamentável³, apesar do sucesso econômico de sua época. Este é um papel que testemunhei (e vivi) anteriormente durante a guerra russa (e iraniana) na Síria: um exercício de projeção de poder no “grande espaço”, além do Estado-nação e “democracia identitária”, baseados em uma visão de mundo que reflete as categorias de Carl Schmitt no paradigma de Putin (doméstico e imperial) (Lewis 2020) e popularizada para ele pelo filósofo russo Aleksandr Dugin.

> Quatro lições

Neste texto, compartilho minha análise não apenas como sociólogo, mas também como alguém que vive no Oriente Médio, trazendo quatro lições que podemos aprender com esta guerra.

Primeiro, há o duplo padrão do discurso e da prática das relações internacionais euro-americanas. No Sul Global, termos como resistência, boicote e combatentes solidários foram proibidos, enquanto estes mesmos termos têm uma conotação positiva ao descrever a guerra na Ucrânia. Como o presidente da Sociedade Israelense de Sociologia, Lev Grinberg⁴ escreveu sem rodeios: “como é possível que Israel tenha sido um ocupante militar nos territórios palestinos durante 55 anos, em clara violação do direito internacional, ainda que nenhum país ocidental tenha alguma vez imposto sanções contra ele”? Na mesma linha, enquanto criminalizam o movimento palestino de boicote, desinvestimento, sanções (BDS) em alguns países ocidentais, muitos estudiosos europeus pedem um boicote total aos estudiosos russos, institucional e individualmente.

Em segundo lugar, como é que a brutalidade da guerra em outras áreas do mundo não teve as mesmas reações euro-americanas que a guerra contra a Ucrânia? Há diferentes maneiras de narrar minha vida como palestino que cresceu na Síria. Uma delas é ver minha vida como tendo sido vivida através de guerras em uma região com apenas breves momentos de paz: guerras árabe-israelense em 1967 e 1973; guerra israelense nos territórios palestinos – a Segunda Intifada, 2000-2005; guerra israelense em Gaza em 2008, 2012, 2014, 2021; guerras israelenses no Líbano em 1982, 2006; guerra iraquiana em 1980-

>>

88; invasão do Kuwait, 1991; guerra no Iraque em 1991, 2003; guerra na Síria, 2011-presente; guerra no Iêmen, 2014-presente; e a guerra na Líbia, 2014-2020. Estas guerras ferozes desencadearam níveis de destruição em massa, sofrimento, deslocamento e, por fim, mortes muito maiores do que na Ucrânia. As potências ocidentais reagiram e continuam a reagir moderadamente e muitas vezes para apoiar a potência colonial (Israel) ou os ditadores (Golfo e Egito), em nome da estabilidade e por razões econômicas.

Em terceiro lugar, algumas críticas pós-coloniais centradas no imperialismo histórico ou no atual neocolonialismo euro-americano foram incapazes de ver o efeito de outros impérios emergentes e a extensão da brutalidade na conquista de espaços de lealdade. Rússia, Irã, Israel, Turquia e as monarquias do Golfo são impérios muito importantes operando no Oriente Médio, algumas de cujas ações militares geraram colonialismo, miséria e autoritarismo. Neste sentido, o conceito de “inter-imperialidade” de Laura Doyle é útil, pois ela nos convida a entender os impérios não apenas como consecutivos, mas muitas vezes como eles operam em paralelo, tornando as “políticas mutuamente produzidas, altamente contingentes e interativas das histórias imperiais contemporâneas, com seus efeitos imprevisíveis, às vezes irônicos” (Doyle 2014). Assim, não há simplesmente efeitos de ondulação nestas dinâmicas multi-vetoriais ou impérios rizomáticos, mas eles são frequentemente violentamente interativos, institucionalmente situados e estrategicamente perseguidos.

Em quarto lugar, o apelo ao boicote total na academia de russos ou bielorrussos é contra os valores que a academia procura promover. Eu acredito na obrigação moral de realizar um boicote institucional contra qualquer instituição que tenha uma relação com poderes coloniais ou autoritários, mas não em nível individual. O envolvimento com os indivíduos envolvidos é importante para ouvir diferentes abordagens aos conflitos e para promover um estado de diálogo aberto e ativo. Isto significa que não basta simplesmente apoiar aqueles que têm ideais democráticos liberais, mas nós, na academia, também precisamos escutar atentamente aqueles que se recusam a abraçar, parcial ou totalmente, estes ideais e a desempenhar um papel mediador, fazendo ponte entre as posições e promovendo uma estratégia afetiva, moral e política. Contra uma teoria social radicalmente crítica, apelo a uma crítica situada que, ao mesmo tempo em que critica os poderes, seja capaz de abrir simultaneamente um diálogo com as próprias forças que critica. Escusado será dizer que o discurso acadêmico deve ser realizado com algumas regras relacionadas à integridade intelectual e à responsabilidade social. Esta responsabilidade, que antecipa a propaganda, o incitamento, a demonização da cultura dos outros e o discurso do ódio, torna a liberdade acadêmica mais delicada do que a simples liberdade de expressão que se supõe ser. O papel da academia é liberar a política de sua concepção schmittiana de amigo e inimigo - aquela onde o grau máximo de associação é a vontade de lutar e morrer, junto com outros membros do grupo; e o grau máximo de dissociação é a vontade de matar outros, aqueles que são membros de um grupo hostil. Concordo plenamente com o historiador Amit Varshizky que se o liberalismo político deseja sobreviver, ele precisa levar a sério as ideias de seus críticos adversários e não descartá-

las de forma desdenhosa. Ele nos lembra o que o filósofo alemão Ernst Cassirer escreveu após a Segunda Guerra Mundial: “Para combater um inimigo, é preciso conhecê-lo. Esse é um dos primeiros princípios de uma boa estratégia. Conhecê-lo não significa apenas conhecer seus defeitos e fraquezas; significa conhecer sua força. Todos nós temos sido capazes de subestimar esta força... Devemos estudar cuidadosamente a origem, a estrutura, os métodos e as técnicas dos mitos políticos. Devemos ver o adversário face a face para saber como combatê-lo”⁵.

> Conclusão: aumentando o nível de solidariedade

Finalmente, ao enfrentar com firmeza o sofrimento social, devemos exercer o raciocínio moral humano ligado ao nosso dom inato maussiano para o amor social, a fim de gerar diferentes níveis de solidariedade para com os parentes, o próximo, a nação e a humanidade como um todo. Embora todos nós devamos visar a maior forma de solidariedade, ou seja, para com esta humanidade e para com o que Jan-Christoph Heilinger (2019) chamou de “obrigações cosmopolitas”, devemos admitir que a reação europeia em relação às consequências da guerra na Ucrânia demonstra claramente um nível de solidariedade que é alimentado muito mais por afinidades culturais, judaico-cristãs e, em última instância, por identidades nacionalistas em oposição às cosmopolitas. Trago isto à tona a fim de matizar algumas das críticas que ouvimos no trabalho acadêmico, bem como nas mídias sociais e de massa sobre o tratamento diferenciado dos refugiados, ou seja, como os refugiados sírios, afegãos e africanos têm sido recebidos em comparação com os ucranianos. Também se deve reconhecer que estes diferentes raciocínios morais antecipam qualquer simplificação, como olhar o tratamento diferenciado apenas do ponto de vista racial, ou considerar isto como uma manifestação de puro racismo⁶. Dito isto, os estudiosos ocidentais também deveriam estar preparados para aceitar afinidades culturais/religiosas entre árabes ou muçulmanos e não deveriam considerar isto sistematicamente como sentimentos sectários perigosos. ■

Contato com Sari Hanafi <sh41@aub.edu.lb>

Referências

- Bishara, A (2022) “Russia, Ukraine and NATO: Reflections on the Determination to Not Avoid the Road to War.” *The Arab Center for Research and Policy Studies*.
- Doyle, L (2014) “Inter-Imperiality: Dialectics in a Postcolonial World History.” *Interventions* 16(2): 159–96.
- Heilinger, J-C (2019) *Cosmopolitan Responsibility: Global Injustice, Relational Equality, and Individual*. Berlin ; Boston: de Gruyter.
- Lewis, DG (2020) *Russia's New Authoritarianism: Putin and the Politics of Order*. First edition. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/isa-human-rights-committee/isa-statement-on-the-russian-military-offensive-happening-in-ukraine>.
- A ISA também adicionou a seu website uma lista de todas as [declarações institucionais antiguerra](#) (de associações sociológicas nacionais e comitês de pesquisa e outras associações acadêmicas), incluindo a Associação Ucraniana de Sociologia.
- <https://litci.org/en/once-again-bastion-of-reaction/>.
- <https://www.972mag.com/ukraine-lebanon-russia-israel/?fbclid=IwAR0Qq6eemWkOmPJPfzIPOI5VAeOmCpHmYQUKew7RwXHO1vDjZ6LDxtts>.
- <https://www.haaretz.com/world-news/premium.HIGHLIGHT.MAGAZINE-to-understand-putin-you-first-need-to-get-inside-aleksandr-dugin-s-head-1.10682008>.
- É claro que algumas dessas críticas são justificadas. Veja, por exemplo, o artigo de H.A. Hellyer “A cobertura da Ucrânia expôs preconceitos racistas de longa data na mídia ocidental” <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/02/28/ukraine-coverage-media-racist-biases/>.

> Capitalismo e desigualdade global

por **William I. Robinson**, Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, EUA



Ruas de Gana, um ambiente urbano onde a pobreza é onipresente.
Créditos: Jenna/Flickr, Licença Creative Commons.

Em 2018, segundo a agência de desenvolvimento internacional Oxfam, o 1% mais rico da humanidade recebeu 52% da riqueza mundial e os 20% mais ricos receberam 95%, enquanto os 80% restantes - a grande maioria da humanidade - tiveram que se contentar com apenas 5%. E, se tais desigualdades gritantes aparecerem como uma confusão mental quando o relatório da Oxfam foi divulgado, elas continuaram a se aprofundar nos anos seguintes. Nos primeiros seis meses da pandemia do coronavírus, os ricos globais aumentaram sua riqueza em espantosos 10 trilhões de dólares, enquanto quase todos os países do mundo viram um aumento na desigualdade

durante o contágio, de acordo com um relatório de acompanhamento da Oxfam em 2021.

> A expansão capitalista e o desenvolvimento desigual

Os sociólogos radicais que estudam tal desigualdade observam que, ao contrário dos apologistas do sistema, tal polarização social é inerente ao capitalismo, pois a classe capitalista possui os meios de produzir riqueza e, portanto, se apropria tanto quanto possível da riqueza que a sociedade coletivamente produz. Eles também observam que o sistema tem se expandido, constantemente, ao

>>

longo dos mais de 500 anos de sua existência, na busca incessante de novas oportunidades para acumular capital (para maximizar o lucro). O capitalismo expandiu-se para fora de seu coração original na Europa Ocidental através de ondas contínuas de colonialismo, imperialismo e, mais recentemente, globalização, acabando por engolir todo o planeta. No início do século XXI, não havia mais nações ou povos que permanecessem fora do sistema.

Sociólogos observam que o sistema capitalista mundial gera duas formas entrelaçadas de desigualdade. Uma está entre os ricos e os pobres do mundo inteiro, como a Oxfam observou em seus relatórios, ou seja, a desigualdade entre as pessoas. A outra é a estratificação das pessoas do mundo em países ricos e pobres, ou a desigualdade entre países. A renda média anual no Congo é de 785 dólares *per capita*, enquanto na Bélgica, o país que colonizou o Congo no final do século XIX, é de 47.400 dólares, de acordo com dados do Banco Mundial. No léxico acadêmico, o mundo se polarizou através do colonialismo em um rico núcleo do “Primeiro Mundo”, abrangendo as nações da Europa Ocidental, América do Norte e Japão, enquanto as regiões da América Latina, África e Ásia que sofreram séculos de colonialismo e dominação, por este núcleo, foram relegadas para a periferia do “Terceiro Mundo”. Em anos mais recentes, acadêmicos e especialistas se referiram ao antigo Terceiro Mundo como o Sul Global e ao antigo Primeiro Mundo como o Norte Global.

Baseando-se na análise do capitalismo de Karl Marx e nas teorias clássicas do imperialismo apresentadas por V.I. Lenin – o líder da Revolução Bolchevique – e sua geração de revolucionários socialistas, economistas políticos radicais e estudiosos das relações internacionais no período pós-II Guerra Mundial desenvolveram novas teorias de dependência, sistemas mundiais e subdesenvolvimento. Eles argumentaram que o colonialismo organizou a economia mundial de tal forma que a riqueza gerada na periferia foi desviada de volta para o núcleo, deixando o primeiro empobrecido e o segundo enriquecido, e que isto explica a desigualdade entre o Sul Global e o Norte Global. Assim, argumentaram, o capital se acumula desigualmente no espaço e deixa alguns povos desenvolvidos e outros subdesenvolvidos.

> O padrão mutável da desigualdade global

Entretanto, na virada do século, várias novas tendências puseram em questão uma divisão tão fácil dos países e dos povos do mundo. Primeiro, alguns países do antigo Terceiro Mundo, especialmente na Ásia Oriental, se industrializaram e se juntaram a clubes de países tão ricos como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo, mesmo nos países mais pobres surgiram classes capitalistas poderosas e classes

médias significativas de alto consumo que se integraram à cultura de consumo global. E terceiro, nos países tradicionalmente ricos, as classes trabalhadoras que haviam visto prosperidade no período pós Segunda Guerra Mundial experimentaram, como resultado da recente globalização, uma rápida mobilidade descendente, desestabilização socioeconômica e erosão de seus padrões de vida, antes confortáveis – o que alguns sociólogos chamaram de “Terceira Mundialização” dessas classes trabalhadoras.

Um relatório recente emitido pelo banco suíço UBS observou que a maioria dos bilionários do mundo estão nos Estados Unidos, mas o número de pessoas ultra ricas está crescendo mais rapidamente em toda a Ásia. Na China, que agora responde por um em cada cinco bilionários do mundo, dois novos bilionários são cunhados a cada semana. Brasileiros, mexicanos, indianos, sauditas, egípcios e outros capitalistas, que pertencem ao que denominei a classe capitalista transnacional, agora investem trilhões de dólares na economia global. Outro relatório da Forbes observou que a riqueza está crescendo mais rapidamente entre os super ricos do antigo Terceiro Mundo do que em qualquer outro lugar. “Entre 2012 e 2017, Bangladesh viu seu clube ultra rico crescer em 17,3%”, observou. “No mesmo período, o crescimento na China foi de 13,4%, enquanto no Vietnã foi de 12,7%. Quênia e Índia estavam entre as outras nações que registraram um crescimento de dois dígitos de 11,7% e 10,7% respectivamente”.

Alguns argumentaram com base nestas tendências que pode fazer mais sentido referir-se ao Norte e ao Sul Global menos em termos de regiões geográficas ou territórios do que em termos de grupos populacionais transnacionais. Nesta perspectiva, o Sul Global se refere aos povos empobrecidos do antigo Terceiro Mundo mas também simbolicamente aos pobres e excluídos nas regiões ricas do mundo, enquanto o Norte Global se refere aos centros de poder e riqueza que ainda podem estar desproporcionalmente concentrados nos países ricos tradicionais e também aos ricos e poderosos de todo o mundo que sustentam, administram e desfrutam destes centros de poder. Enquanto os sociólogos continuam a debater estes assuntos, uma vez que a situação é clara: de qualquer perspectiva de justiça social, precisamos de uma redistribuição radical da riqueza para baixo, para a maioria pobre da população mundial. E isto, quer queiramos ou não, requer um confronto com os poderes que estão no sistema capitalista mundial, pois a elite corporativa transnacional que controla a economia global – que um por cento da humanidade identificada pelo relatório Oxfam mencionado acima – resistirá a qualquer desafio à sua riqueza e poder. ■

Contato com William I. Robinson <w.i.robinson1@gmail.com>

> Capitalismo de plataforma na América Latina

por **Patricia Ventrisci**, Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL-CONICET), Universidad de Buenos Aires, Argentina



No Uruguai, um trabalhador da economia de bicos. Os serviços de entrega de alimentos são um exemplo particular da ligação entre digitalização e precariedade. Crédito: Ted McGrath/Flickr, Creative Commons.

O crescimento vertiginoso das corporações tecnológicas, exponencialmente potencializado com a epidemia da COVID-19, ampliou o desenvolvimento do capitalismo de plataforma na América Latina e aprofundou alguns debates e fenômenos em torno do capital, do trabalho e suas mutações no Sul Global.

> Meritocracia digital e o “salto para o desenvolvimento”

Vários países da região - a Argentina é um exemplo claro disso - viram uma consolidação do discurso público que apoia a ideia de que a “economia do conhecimento” oferece uma oportunidade histórica para alcançar o tão almejado “salto para o desenvolvimento”, e obter um novo lugar no quadro internacional. A capacidade de certos países da região - Argentina, Brasil, México - em gerar corporações digitais de relevância global (chamadas

>>

Unicórnios, que comercializam mais de mil milhões de dólares no mercado acionário americano) está na base desta narrativa.

Este salto qualitativo seria liderado, além disso, por uma nova elite empresarial, socializada no espírito californiano, que se opõe à oligarquia local e tradicional que está ligada, principalmente, ao agronegócio e, em menor grau, às algumas áreas básicas do capitalismo pesado. Esta nova fração de jovens líderes, por definição movidos por uma vocação e espírito global e nativos da língua dominante da época, se define em oposição à tradicional “burguesia nacional”, que é caracterizada como uma elite eternamente dependente de subsídios estatais, relutante à competição, provincial, conservadora, excessivamente rígida e sempre ligeiramente anacrônica.

Desta forma, a sonhada economia schumpeteriana poderia finalmente aterrissar nestas latitudes pela magia da meritocracia digital. O ecossistema da economia digital se apresenta como a superação da antiga oligarquia baseada na oligarquia *rent-based*. As *startups* e unicórnios são os novos nomes do progresso capitalista que é desejável para nossos países periféricos.

> Futuro com duas faces: digitalização e precariedade

Entretanto, o desenvolvimento acelerado, mas ainda incipiente deste tipo de negócio na região mostra uma realidade fragmentada e contrastante, ou seja, o intertravamento entre digitalização e precariedade como base material para o desenvolvimento da economia da plataforma. Este movimento em direção ao aprofundamento da dualidade social é evidente, em outros níveis, na reconfiguração que as plataformas digitais têm produzido no mundo do trabalho. Atualmente, o debate sobre o “futuro do trabalho” na região é dominado por duas imagens aparentemente opostas: por um lado, a sofisticação dos novos empregos ligados à indústria de software e, por outro, a hiper precariedade dos trabalhadores das plataformas que trabalham sob demanda através de aplicativos (motoristas Uber, Glovo e Rappi, serviços domésticos, etc.). Os primeiros, no topo da pirâmide, são altamente qualificados, e mesmo que sejam notavelmente baratos ao considerar seus salários em dólares, desfrutam de condições de trabalho que são privilegiadas no contexto local, principalmente devido à falta de trabalhadores para este tipo de atividades (engenheiros de software, *web designers*, cientistas de dados, analistas de sistemas). Esta deficiência constitui o principal problema para as empresas locais que necessitam da força de trabalho para a expansão de seus negócios. Na outra ponta do espectro, a extrema instabilidade dos micro-empregos implica a consolidação de um modelo de desregulamentação e extrema flexibilidade nas relações de trabalho que em alguns países, como a Argentina, leva a estrondosa desconstrução de consideráveis conquistas

históricas na proteção do trabalho. Nessa direção, o avanço da plataforma de trabalho prepara fortemente o terreno para a cristalização de um nível muito alto de informalidade no mercado de trabalho, onde estes novos tipos de empregos “independentes” são uma novidade.

> Discurso histórico: empreendedorismo

No nível das operações simbólicas, um fio condutor liga estes aspectos que estão materialmente tão distantes: o discurso empresarial. Trata-se de uma construção amplamente simbólica de raízes corporativas que se tornou uma espécie de ideologia oficial, da qual as empresas plataforma são a melhor e mais eficiente encarnação. Implica a vindicação do mérito na figura de um sujeito hiper individualizado, sob a ilusão de uma absoluta liberdade dos condicionamentos sociais, motivada por uma ideia difusa de liberdade, audácia, inovação, autonomia, risco e hiperprodutividade. As grandes corporações tecnológicas da região encontraram neste dispositivo discursivo uma ferramenta muito eficiente na construção de um instrumento de bom senso para seu interesse, que permeia fortemente a visão de mundo dos setores mais distantes da estrutura social. No contexto da atual crise profunda da América Latina, o empreendedorismo opera para atualizar, com seu espírito tecno-liberal-digital, um neoliberalismo tardio, francamente emaciado e decadente.

Um paradoxo notável é, portanto, produzido nesta exacerbada reivindicação de uma ideia difusa de liberdade - essencialmente, liberdade de mercado - dentro de um contexto de colapso do mínimo apoio social e de concentração imprevista de capital pelas corporações contra o enfraquecimento dos estados em geral, ainda mais nos estados “fracassados” do capitalismo periférico. A operação do discurso empresarial procura transformar a dor da experiência cotidiana de instabilidade na adrenalina do risco, e transformar a angústia em supostas oportunidades individuais. Esta aposta no “empoderamento” se devolve, então, a uma privatização do sofrimento social e a um maior grau de culpa sobre o assunto, duplamente dominado por suas condições materiais pauperizadas e mandatos não cumpridos de hiperprodutividade.

O avanço desta nova configuração social acrescenta uma nova complexidade ao grande desafio do nosso tempo que implica a geração de novos horizontes de senso comum e organização coletiva. Sindicatos e movimentos sociais, protagonistas da resistência, são os principais agentes deste desafio, mas seu potencial - que passa por um momento crítico - depende de sua capacidade de desconstruir uma lógica anacrônica e de reinventar formas coletivas que possam corresponder aos dilemas em jogo.

Contato com Patricia Ventrici <patriciaventrici@gmail.com>

> Sistema intercapital: classes moleculares e orgânicas

por **Esteban Torres**, Universidade Nacional de Córdoba-CONICET, Argentina

Para oferecer uma explicação sobre a progressão dos processos de mudança social, é necessário prestar atenção à evolução histórica de um jogo de apropriação mundial, que ocorre simultaneamente nas esferas nacional, regional e global da sociedade mundial¹. Eu poderia definir o jogo de apropriação mundial – ou jogo de poder mundial – como um campo variável de interações que é moldado na intersecção entre seis sistemas históricos: o sistema capitalista, o sistema estatal, o sistema comunicacional, o sistema racial, o sistema patriarcal e o sistema natural. O sistema capitalista constitui a dimensão material central da sociedade mundial desde o século XIX. Isso faz dele – em termos simplificados – o sistema dominante.

A transformação central que o sistema capitalista sofreu como resultado da evolução do jogo de apropriação mundial é a constituição de uma nova estrutura de classe mundial. As classes sociais em questão têm pouco a ver com os agrupamentos das primeiras cidades industriais europeias dos séculos XVIII e XIX, paradigmaticamente conceituadas por Marx e Weber. Se a estrutura da classe marxista foi definida em seu cerne por uma relação antagônica simplificada entre as classes capitalista e trabalhadora, a estrutura de classe da sociedade mundial atual é definida principalmente com base em uma dialética entre classes moleculares e orgânicas. Se o que estava em jogo no primeiro era a propriedade dos meios de produção, o que determina a constituição deste último é, em primeira instância, a fonte de renda.

> Classes moleculares

A classe molecular pode ser definida como um modo de dependência e desdobramento econômico do indivíduo, associado em primeira instância à sua estrutura de renda. O tema da classe molecular é o indivíduo e não o grupo. Pelo menos desde o final do século XX, cada esfera nacional da sociedade mundial vem sendo moldada por uma estrutura de classe molecular.

Nessa fisionomia é possível distinguir a existência de quatro tipos de classes: a classe dependente do lucro, a

classe dependente do trabalho, a classe dependente da assistência e a classe dependente do crime. O que define o pertencimento de um indivíduo a uma determinada classe molecular em um determinado momento é sua principal fonte de renda. Se a principal fonte de renda mudar, o indivíduo é “reclassificado”. Por sua vez, cada indivíduo não só pertence em determinado momento a uma determinada classe molecular, mas também a um determinado estrato dessa classe.

O estrato de classe de um indivíduo é definido com base em uma posição econômica associada a um volume de renda. A partir do século XXI, é possível identificar a existência de cinco estratos de classe nas esferas nacionais da sociedade mundial. De cima para baixo, eu os chamo de estratos de classe superior, alto, médio, baixo e inferior. Uma pessoa pertencente ao estrato de classe superior faz parte da elite supra, o crescente e escandaloso universo dos bilionários. O indivíduo que pertence ao estrato alto faz parte da infraelite. Este par de estratos de primeira classe compõem o campo da elite. Por outro lado, indivíduos pertencentes aos estratos de classe média, baixa e inferior compõem o campo popular. Este último é um campo com importantes diferenciações internas.

Assim, ao contrário do que as teorias modernas da classe sugerem, a classe não é um indicador de estratificação; cada classe é estratificada e cada estrato é um estrato de classes. Uma classe molecular pode ser percebida em mais de um estrato e um estrato pode reunir mais de uma classe.

> Classes orgânicas

Se as relações de classe molecular derivam dos modos de estruturação e interação entre classes de indivíduos dentro de cada esfera nacional, as relações de classe orgânica baseiam-se nos modos de estruturação e interação entre classes de países e regiões nas esferas globais. Uma classe orgânica equivale a uma estrutura nacional e/ou regional de classes moleculares. A classe orgânica é um modo de sujeição e desdobramento econômico de um sistema nacional que é definido principalmente com base em sua estrutura de renda. Ao se conscientizar da

>>

“O que costumamos chamar de “sistema capitalista” é um metassistema, um sistema de sistemas capitalistas em interação assimétrica”

existência de uma rede mundial de classes orgânicas, torna-se possível passar de uma noção genérica e singular de um sistema econômico capitalista para a ideia de um *sistema intercapital*. Assim, do meu ponto de vista, o que costumamos chamar de “sistema capitalista” é um metassistema, um sistema de sistemas capitalistas em interação assimétrica, internamente diferenciado em sua forma de organização, mas não em sua lógica abstrata de maximização.

Três tipos paradigmáticos de classes orgânicas interagem no sistema intercapital: (i) a classe dependente do conhecimento (capitalismo informacional); (ii) a classe dependente da indústria (capitalismo industrial); e (iii) a classe dependente de commodities (capitalismo de *commodities*). Por sua vez, é possível reconhecer a existência de dois estratos de classe orgânica mutuamente determinantes: o central e o periférico. O fato de uma sub-região, um país ou um continente pertencer a um desses estratos reflete sua posição econômica global, que depende do tamanho de sua economia.

Desde a mundialização² do sistema intercapital no século XIX, as classes dependentes do conhecimento e dependentes da indústria se reproduziram no estrato central, enquanto a classe orgânica do capitalismo de *commodities* se reproduziu no estrato periférico. Assim, a classe de países ou regiões é definida com base em sua dupla adesão a uma classe orgânica e um estrato. Um fato importante a se sublinhar é que as classes orgânicas definem o núcleo da materialidade mundial das classes moleculares. Isso implica que cada indivíduo, ou melhor, todas as classes de indivíduos, são recriados como tal a partir de um sistema central ou periférico. Tal localização implica uma fonte adicional de determinação material de caráter supraindividual. Assim, cada classe de indivíduos na sociedade mundial é configurada a partir de uma dupla sujeição e um duplo desdobramento, molecular e orgânico.

O processo contemporâneo de mundialização que vem se expandindo desde a década de 1980 também está associado a uma crescente mundialização da estrutura de classes do sistema intercapital. Com essa expansão, as desigualdades de classe deixaram de ser exclusivamente desigualdades entre classes de indivíduos na estrutura econômica das diferentes sociedades nacionais, mas também, centralmente, representavam desigualdades entre classes de países (e regiões) na divisão mundial do trabalho.

É essencial notar que nesta nova abordagem as classes moleculares e as classes orgânicas não são consideradas como atores. Ao contrário da teoria da classe social moderna, não há lógica de ação inerente à classe. Classes de indivíduos e classes de países não são atores sociais, muito menos com interesses predeterminados. Pelo menos desde Bourdieu este fato social tornou-se evidente. Classes de indivíduos tornam-se atores individuais quando eles realmente agem, e eles se tornam atores coletivos quando criam ou se subsomem em empresas, estados, sindicatos, movimentos sociais, etc. A ação social não pode de forma alguma ser explicada sem levar em conta essa estrutura de classe mundial³. ■

Contato com Esteban Torres <esteban.torres@unc.edu.ar>

1. A diferenciação entre o “global” e o “mundano” é de importância central aqui. No meu entendimento, o global é aquela esfera singular que é moldada de forma expansiva ou retraída de cada local nacional da sociedade mundial, enquanto a mundana é construída a partir do conjunto de esferas globais. Mais precisamente, o texto é constituído a partir do conjunto de esferas nacionais, regionais e globais (Ver Torres E., “Paradigma Mundial. Uma proposta para a sociologia”, *Diálogo Global* 11.1, p.40-41: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/uploads/imagen/2251-v11i1-portuguese.pdf/>.)

2. Expansão de uma sociedade mundial, distinta da globalização.

3. Esta teoria do capitalismo é desenvolvida em meu livro *The Intercapital System: The New Economy of World Society* (no prelo).

> Capitalismo indigno

por **Fabrcio Maciel**, Professor visitante na Friedrich-Schiller Universität Jena, Alemanha

Entender o capitalismo não é tarefa simples, exatamente por se tratar de um sistema econômico e um modo de vida que se encontra em constante mutação. Ao longo do século XX, muitas foram as tentativas de definição e classificação de etapas do capitalismo. Agora, no século XXI, a dimensão tecnológica do sistema já se mostra como a sua face mais agressiva, produzindo em escala global uma nova espécie de subclasse digital. Neste cenário, a pandemia do coronavírus apenas deixou clara e aprofundou a desigualdade entre as classes sociais em todo o mundo.

Para entender como chegamos até aqui, precisamos escapar das ilusões da conjuntura, marcada pela novelização da política. Esta se tornou a principal especialização da grande mídia global, transformando o campo político em um grande espetáculo e ocultando sistematicamente o que ocorre no campo econômico. Aqui, precisamos reconstruir o cenário estrutural e histórico maior que nos trouxe ao atual momento.

> A ascensão de uma subclasse global

Desde a década de 1970, o capitalismo vem passando por uma “grande transformação”, atualizando aqui a famosa expressão de Karl Polanyi. O colapso do estado de bem estar social nos Estados Unidos e na Europa, depois dos seus trinta anos gloriosos, é o principal ponto de partida para a compreensão deste “admirável novo mundo do trabalho”, como provocativamente definiu Ulrich Beck.

Durante os anos dourados do estado de bem estar, desde o final da segunda guerra mundial até meados da década de 1970, o capitalismo ainda tentava provar ao mundo que era capaz de promover justiça social. Com o fracasso do bem-estar, marcado pela chegada do trabalho precário em países centrais como Alemanha, França e Inglaterra, ficou claro que o capitalismo jamais será um sistema capaz de promover qualquer tipo de justiça.

Desde então, inicia-se em escala global a construção de um novo capitalismo, que eu defino como capitalismo

indigno. Sua principal marca é a produção de uma subclasse global, tanto nos países periféricos quanto nos centrais. A existência de uma subclasse sempre foi a marca de países periféricos e até de continentes inteiros como a América Latina e a África. Agora, com a chegada massiva de imigrantes, mas também com a pauperização interna das classes populares dos países e continentes centrais, como no caso dos Estados Unidos e da Europa, a produção de uma subclasse global se torna a principal característica do capitalismo indigno.

Com isso, este novo capitalismo se especializou em produzir e naturalizar o desvalor da vida humana. A ideia de dignidade, presente na constituição brasileira, por exemplo, nos remete ao mínimo que uma pessoa necessita para preservar sua sobrevivência material e sua existência moral. Quando este mínimo não é garantido nem pela chance de um emprego e nem por políticas do Estado, o que temos é a imersão na condição de indignidade que define a vida da subclasse global. No Brasil, esta subclasse, que não tem nenhum trabalho, alcança a marca de 30% da população economicamente ativa, vivendo uma espécie de subcidadania, como definiu Jessé Souza. Outros 30%, uma classe trabalhadora indigna, vive na insegurança do trabalho que normalmente definimos como precário.

> Precariedade ou indignidade?

Aqui, vale uma reflexão sobre os conceitos de precariedade e trabalho precário. Eles apenas descrevem situações e condições de trabalho que são obviamente ruins. Por isso, proponho em contrapartida o conceito de trabalho indigno, exatamente por que este nos permite tematizar tanto a miséria material quanto a condição moral e existencial humilhante vivida por milhões de pessoas no mundo hoje. No caso brasileiro, 30% da população vive no limite da dignidade, pois pelo menos ainda tem algum trabalho, mesmo que indigno, enquanto que outros 30% se encontram abaixo da linha da dignidade, por não ter nenhum trabalho.



“Nas eleições de 2018 grande parte dos executivos brasileiros aderiu ao sentimento autoritário, baseado em uma mentalidade de mercado ultra-meritocrática”

No cenário europeu, especialmente no caso francês, a obra de Robert Castel oferece importantes apontamentos para a compreensão do capitalismo indigno. Para ele, a decadência do estado de bem estar significa a ruptura da sociedade salarial. Sua principal marca é o processo de desfiliação social, no qual o mercado de trabalho expulsa um número cada vez maior de pessoas, sem criar novas condições de inserção das mesmas. O resultado é a produção social do que o autor chama de sobranes, ou seja, a subclasse europeia, que vai agora fazer parte das estatísticas da subclasse global.

> Capitalismo indigno e extrema direita

Com isso, precisamos nos perguntar sobre a relação entre o capitalismo indigno e a ascensão da extrema-direita no cenário político global. Aqui, precisamos romper com a equivocada tese dominante de que foram os erros da esquerda e seus partidos que permitiram o surgimento do neo-autoritarismo em escala global. Mais uma vez, precisamos romper com as ilusões da conjuntura e reconstruir as profundas estruturas nos trouxeram até aqui.

Na sociologia alemã, Klaus Dörre mostrou uma conexão direta entre o aumento da precarização do trabalho e a adesão à mentalidade e aos sentimentos da extrema-direita. Com isso, podemos compreender

que o autoritarismo é efeito, e não causa, do capitalismo indigno, ainda que ele possa aprofundar a indignidade em cenários conjunturais, como é o caso do Brasil e vários outros países no mundo hoje.

Assim, enquanto as classes populares aderem ao sentimento autoritário por medo da inserção na condição de indignidade, as classes dominantes flertam com o autoritarismo pelo pavor de perder sua condição de privilégio socialmente garantida. Isso é o que mostra uma pesquisa empírica que venho realizando há alguns anos no Brasil com executivos. Com origem de classe privilegiada, altas remunerações e estilo de vida luxuoso, nas eleições de 2018 grande parte dos executivos brasileiros aderiu ao sentimento autoritário, baseado em uma mentalidade de mercado ultra-meritocrática, concretizada nitidamente nos discursos de Jair Bolsonaro.

Agora, com o aprofundamento da indignidade produzido pela política ultra-neoliberal do governo, atrelada a sua política de morte diante da pandemia, o povo brasileiro manda um recado com forte significado: Lula da Silva, preso em 2018 pela maior fraude política e jurídica da história do Brasil, aparece novamente disparado em primeiro lugar nas intenções de voto para presidente agora em 2022. Vejamos se o futuro próximo permitirá alguma reversão nesta indigna história, e o que o mundo poderá aprender com ela. ■

Contato com Fabrício Maciel <maciefabricio@gmail.com>

> Neoliberalização, mercantilização e precarização no ensino superior

por **Johanna Grubner**, Universidade Johannes Kepler, Áustria, e editora assistente do *Diálogo Global*

Desde a década de 1980, processos de transformação fundamentais, entendidos como processos de reestruturação neoliberal, foram postos em ação, reestruturando a economia, a política e a sociedade. O setor de ensino superior e as universidades fazem parte dessa reconstrução geral do setor público desde o início dos anos 1990 que, desde então, tem sido cada vez mais permeado pela economia e pela neoliberalização. Uma mudança da regulação burocrática estatal para uma maior orientação do mercado, da organização empresarial e de mecanismos de controle pode ser observada em diversos países. Isso trouxe serias consequências em diferentes níveis.

Três realinhamentos relevantes podem ser mencionados aqui: primeiro, em diversos países foi estabelecida uma padronização dos programas de estudo e restrições à liberdade de escolha de cursos optativos, o que mudou fundamentalmente o modo de estudar dos alunos. Simultaneamente, as universidades passaram por uma massificação que repercutiu nas oportunidades de trabalho após a graduação e diminuiu a importância dos diplomas acadêmicos. Em segundo lugar, no interior de inúmeros sistemas de ensino superior, o emprego desprotegido acompanhou a virada neoliberal do *welfare* para o *workfare-state* e, portanto, também a precarização forçada. Com a forma mercantilizada de classificação de universidades e acadêmicos, a concorrência geral se acirrou e criou um tipo de sujeito de trabalho que (aparentemente) atende aos requisitos de um mercado de trabalho e de um arranjo de local de trabalho flexível e desregulamentado, aumentando a produtividade de maneira altamente eficiente. E terceiro, esses novos requisitos tiveram um novo impacto nos arranjos de gênero nos sistemas de ensino superior muito embora aparecem como neutros em termos de gênero, já que todos são classificados igualmente.

Os artigos do simpósio remontam a essas transformações e tendências no sistema de ensino superior e enfocam diferentes consequências dessas tendências. Na primeira contribuição, Stephanie Ross e Larry Savage examinam os efeitos da neoliberalização no setor do ensino superior canadense em termos de mercantilização do ensino superior e da reorganização dos regimes de trabalho. Eles analisam as adaptações feitas durante a pandemia



| Ilustração por Arbu.

de COVID-19 e as oportunidades e necessidades de mudança que as tornaram visíveis. Ka Ho Mok aborda o tema das oportunidades de emprego para graduados do ensino superior à luz da massificação das instituições de ensino superior do Leste Asiático. Ele examina as consequências do mercado de trabalho altamente competitivo que esse desenvolvimento trouxe. Em sua contribuição, Elizabeth Balbachevsky discute os desafios que as universidades enfrentam diante de um governo neopopulista que procura não transformar, mas derrotar os sistemas de ensino superior. Ela demonstra como, no caso das universidades brasileiras, processos decisórios semi-autônomos podem garantir a estabilidade das universidades quando a administração entra em colapso devido à má gestão do governo. A partir de um olhar crítico sobre a tendência do ensino remoto, Yusef Waghid examina a ideia, acentuada pela pandemia de COVID-19, de universidades enquanto instituições exclusivamente responsáveis pela transferência de conhecimento. Ele defende uma reestruturação das universidades (sul) africanas atrelada à ética africana do *ubuntu* para tornar as universidades instituições autônomas que estão ao mesmo tempo conectadas e posicionadas na sociedade.

> Neoliberalização no ensino superior pós-pandemia

por **Stephanie Ross**, Universidade McMaster, Canadá, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44); **Larry Savage**, Universidade Brock, Canadá



Em fevereiro de 2022, a Associação de Professores da Acadia University (AUFA) na Nova Escócia, Canadá, esteve em greve. Crédito: Can Mutlu.

Poucas pessoas que trabalham no ensino superior hoje conseguem deixar de notar três grandes tendências. Primeira, a finalidade das instituições de ensino superior voltou-se enfaticamente para as necessidades do mercado. Segunda, o conteúdo, a organização, a distribuição e as recompensas do trabalho no ensino superior mudaram de maneira dramática e profundamente visível. Terceira, os efeitos desses dois processos inter-relacionados continuam a impulsionar ondas de organização e luta coletiva no ensino superior, mesmo sendo tal desigual e entrelaçada com estratégias individuais de enfrentamento, consentimento ou fuga. O impacto da pandemia de COVID-19 nas instituições de ensino superior intensificou ainda mais essas tendências, levantando questões sobre como será o ensino superior pós-pandemia e a quem servirá.

> A neoliberalização enquanto mercantilização do ensino superior

As últimas três décadas assinalaram uma transformação neoliberal do ensino superior. O ensino superior agora está voltado, quanto à sua finalidade, para as necessidades do mercado. Crescentemente, as instituições de ensino superior devem atender às necessidades dos empregadores privados por pesquisa e força de trabalho que lhes permitam ter sucesso em uma economia global competitiva. As próprias instituições de ensino superior tornaram-se sujeitas à disciplina do mercado, competindo por estudantes, seus gastos com matrícula e qualquer financiamento governamental que acompanhe esses alunos, bem como os investimentos ou filantropia de doadores privados que moldam o propósito da universidade com sua influência financeira. A maioria dos observadores da “corporatização do ensino superior” aponta que certas transformações nas normas e procedimentos internos de tomada de decisão já

>>

ocorreram: estruturas de estilo corporativo centralizaram o poder na administração sênior e substituíram a governança colegial na qual o corpo docente e outros constituintes desempenhavam um papel maior. A orientação voltada ao mercado também assume a forma de restrição orçamentária e o uso de indicadores de desempenho para estruturar competições internas e externas por recursos. Tais transformações também são evidentes no conteúdo dos programas educacionais, que agora devem atrair alunos que buscam uma credencial valiosa no mercado de trabalho e que, portanto, devem provar sua relevância em seus respectivos trabalhos e não o desenvolvimento de habilidades e perspectivas críticas.

> **A reorganização do trabalho: implementação de regimes neoliberais de trabalho**

A reorganização do trabalho é um componente essencial da neoliberalização do ensino superior porque novos processos de trabalho acadêmico e relações de poder são necessários para implementar essa visão de educação orientada para o mercado. Definitivamente, os processos de trabalho do ensino superior têm sido sujeitos à fragmentação do trabalho acadêmico em seus componentes de ensino, pesquisa e serviço, à desqualificação daqueles designados a esses diferentes componentes e ao barateamento de seu trabalho cada vez mais substituível. O aumento dos contratos temporários, tanto no ensino quanto na pesquisa, é evidente em todo o ensino superior, uma mudança que tanto economiza dinheiro quanto eleva o controle administrativo, uma vez que os detentores de contrato precário de emprego raramente participam da governança colegial. A intensificação do trabalho acompanha a fragmentação e o clima de acirramento da competição tanto pelos escassos “bons empregos” quanto pelos contratos precários oferecidos. Esse trabalho intensificado também envolve um componente significativo de trabalho emocional. As expectativas em constante evolução dos alunos acerca do que sua educação deve fornecer também são impulsionadas pelas concepções neoliberais da universidade, e isso exige que os professores gerenciem essas expectativas de novas maneiras. Por fim, vemos a elaboração de formas de responsabilização ascendente e vigilância descendente à medida que a produtividade dos trabalhadores se torna central para o resultado final das instituições de ensino superior. O curriculum vitae torna-se o cronômetro do acadêmico, que ele usa para se disciplinar ao processo de trabalho neoliberal.

> **O ensino superior pós-pandemia: mais do mesmo ou espaço para alternativas?**

A pandemia de COVID-19 serviu para intensificar ainda mais estas três tendências – mercantilização e centralização, reorganização e intensificação do trabalho, conflito e resistência. As condições de emergência permitiram que os administradores do ensino superior aumentassem a centralização da tomada de decisões durante a pandemia e acabassem com a prerrogativa dos

órgãos colegiados para desenvolver políticas e práticas. As decisões sobre se e quando retornar ao ensino presencial e quais proteções de saúde e segurança no local de trabalho seriam fornecidas foram pontos de conflito. As preocupações do corpo docente acerca dos fatores que levam ao retorno do trabalho – isto é, o desejo dos administradores de proteger a participação de mercado e os orçamentos, ao invés da saúde e bem-estar dos membros da comunidade e a falta de influência significativa sobre essas decisões – levaram a crescentes sentimentos de desconfiança, raiva, ressentimento e desengajamento.

A pandemia também resultou em uma intensificação significativa do trabalho. Os professores tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino e às operações on-line de emergência, aprendendo novas tecnologias e habilidades. Eles também se depararam com expectativas elevadas para realizar um trabalho emocional e responder a toda uma série de necessidades dos alunos enquanto tentavam prosseguir com o ensino e, ao mesmo tempo, lidavam com doenças, morte, perda de emprego e ansiedade generalizada sobre o futuro. Os docentes também tiveram que absorver e gerenciar os sentimentos dos alunos a medida que lidavam com seus próprios medos, muitas vezes em um contexto em que trabalhar em casa significava a necessidade de cuidar das crianças que também estavam envolvidas em casa com a escola on-line. Tudo isso aconteceu em um contexto em que as expectativas de produtividade de pesquisa não foram reduzidas, o que, por si só, beneficia os docentes estruturalmente mais privilegiados nesse setor já altamente estratificado.

A fadiga da COVID, o ressentimento dos docentes em relação à administração e as medidas de austeridade destinadas a restaurar as finanças do setor estão levando a formas de resistência coletiva. Conquanto a ocorrência de greves no ensino superior tenha diminuído nos primeiros dias da pandemia, agora vemos um aumento na militância e nas interrupções trabalhistas no campus. Isso é mais evidente na onda de greves do ensino superior que se espalhou pelo Canadá e pelo Reino Unido no início de 2022. Enquanto a conjuntura da pandemia contribui para dificultar a ação coletiva, ela também criou um terreno fértil, pois os trabalhadores do ensino superior se sentem mais alienados do que nunca de suas administrações.

Se a resistência por meio da ação grevista transformará a universidade neoliberal pós-pandemia ainda é uma questão em aberto. Entretanto, o que está claro é que as pressões políticas e econômicas externas, de modo quase certo, continuarão a moldar e impulsionar as demandas dos administradores universitários para reorganizar o trabalho e os processos de tomada de decisão de maneiras que gerarão raiva, ressentimento e potencialmente ainda mais militância entre os trabalhadores acadêmicos. ■

Contato com:
Stephanie Ross <rosss10@mcmaster.ca>
Larry Savage <lsavage@brocku.ca>

> O ensino superior e o emprego: tendências do Leste Asiático¹

por **Ka Ho Mok**, Universidade Lingnan, Hong Kong



A crescente expansão do ensino superior levou a uma pressão sobre o emprego de graduados, bem como a um maior foco competitivo no mercado de trabalho. Crédito: Universidade de Lingnan.

Nos últimos anos, os mercados de trabalho no Leste Asiático experimentaram um afluxo enorme de trabalhadores com formação universitária à medida que os graduados de um sistema de ensino superior massificado passaram a buscar empregos. A enorme expansão do ensino superior no Leste Asiático inquestionavelmente criou uma pressão sobre os empregos que exigem graduação, tornando o mercado de trabalho altamente competitivo. A Tabela 1 apresenta as taxas de desemprego no Leste Asiático (países/regiões selecionadas) em 2020 por nível educacional. Os números podem não refletir diretamente uma relação causal entre a massificação do ensino superior e a elevação das taxas de desemprego, já que as taxas de desemprego permanecem relativamente baixas. Entretanto, há cada vez mais evidências de que os recém-formados não foram capazes de obter posições de emprego altamente competitivas durante a massificação nos últimos anos, levantando questões acerca da qualidade dos empregos que os recém-formados estão ingressando, inclusive se estão no mercado de trabalho formal ou informal.

> A massificação do ensino superior e o desafio para o emprego graduado

Com a aceleração da globalização e a transformação para a economia baseada no conhecimento, muitos países emergentes expandiram seu sistema de ensino superior para melhorar sua competitividade global. Todavia, contrariando as expectativas, os graduados até o momento não demonstraram uma forte competitividade no mercado de trabalho. Apesar de as taxas globais de desemprego terem diminuído, mais de 170 milhões de pessoas permanecem desempregadas (Organização Internacional do Trabalho, 2019). As estatísticas do Banco Mundial mostram que a população jovem empregada apresentou uma tendência de queda após o início do século XXI. Comparado com a Europa, América do Norte e África, o declínio nas taxas de emprego dos jovens nos países asiáticos, especialmente no Leste Asiático, é mais acentuado (ver Figura 1). Dados do Leste Asiático revelam um aumento flutuante nas taxas de desemprego juvenil, que se intensificou durante a atual recessão decorrente da pandemia de COVID-19.

>>

Taxas de desemprego no leste da Ásia em 2020 por nível de escolaridade (países/regiões selecionados)

País/Região	Nível de educação	Taxa de desemprego (%)
Hong Kong	Educação pós-secundária	5,10
Japão	Faculdade e universidade	2,90
Coreia do Sul	Universidade e superior	3,50
Taiwan	Universidade e pós-graduação	4,92

Tabela 1. Fonte: RAE de Hong Kong, <https://www.statistics.gov.hk/pub/B10100062020AN20B0100.pdf>; Japão, <https://news.yahoo.co.jp/byline/fuwarai/20210325-00228342/>; Serviço de informações estatísticas coreanas, <https://kosis.kr/eng/search/searchList.do>; Departamento de Censo e Estatística, Estatística Nacional, República da China (Taiwan), <https://eng.stat.gov.tw/ct.asp?xltm=42761&ctNode=1609&mp=5>.

Taxa de Emprego de Jovens / População

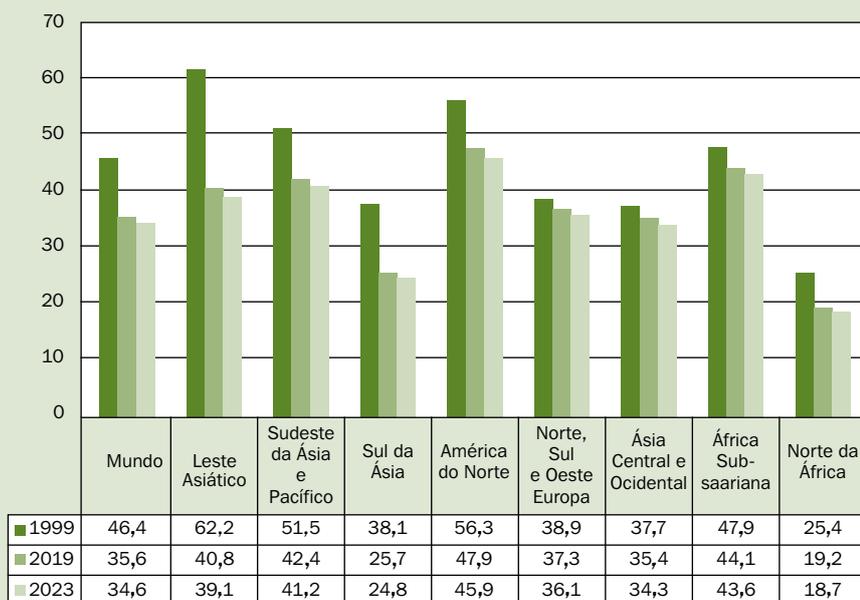


Figura 1. Fonte de dados: Banco Mundial, <http://datacatalog.worldbank.org>.

Taxas de desemprego de jovens no Leste asiático

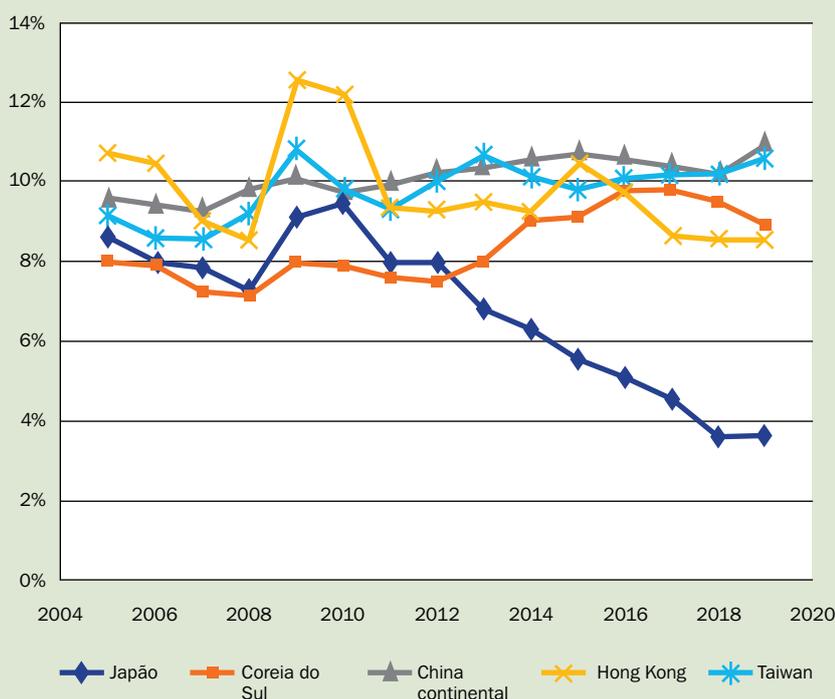


Figura 2. Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China, <http://www.stats.gov.cn>; Departamento de Censo e Estatística da RAE de Hong Kong, <http://www.censtatd.gov.hk/sc>; Estatísticas Nacionais, ROC (Taiwan), <http://www.stat.gov.tw>; Escritório Nacional de Estatística da Coreia do Sul, <http://kostat.go.kr>; Departamento de Estatísticas do Japão, <http://www.stat.go.jp>.

Estudos recentes sugerem fortemente que a nova geração de graduados do ensino superior nos países da Ásia Ocidental e oriental possuem dificuldade em encontrar emprego e são confrontados com o subemprego ou desemprego. A Figura 2 apresenta a tendência crescente do desemprego juvenil no Leste Asiático. Ademais, os graduados do ensino superior podem garantir emprego aceitando trabalhos mal remunerados que exigem baixos níveis de educação, levando ao chamado problema da “sobrequalificação” no mercado de trabalho. O efeito da sobrequalificação e massificação pode levar a altas taxas de desemprego, baixo salário mensal e precarização do trabalho. A oferta demasiada de graduados do ensino superior revela não apenas uma “promessa não cumprida” da teoria do capital humano, que afirmava que mais investimento no ensino superior aumentaria a mobilidade social, mas também revela a cruel realidade enfrentada pelos jovens graduados universitários quanto à incompatibilidade de empregos com suas qualificações. O número de jovens infelizes, queixando-se do trabalho precário, somente aumenta.

Se tomarmos como exemplos o Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e China Continental, a taxa de desemprego dos universitários graduados flutuou de 2004 a 2020 (ver Figura 2). Observe que a tendência de massificação do ensino superior não conseguiu resolver a questão do desemprego juvenil nas regiões do Leste Asiático, que não apresenta sinais de redução significativa. Em outras palavras, os graduados enfrentam dificuldades para encontrar emprego mesmo tendo obtido diplomas de ensino superior. O Japão teve um bom desempenho na redução das taxas de desemprego entre os jovens graduados, ainda que tenha demonstrado um pequeno retrocesso após 2018. Por tudo isso, como os graduados do ensino superior podem obter oportunidades de trabalho decentes tornou-se uma preocupação geral no Leste Asiático.

> Implicações para as políticas

Este artigo mostrou como a massificação do ensino superior afetou negativamente o emprego dos graduados, sobretudo com o desdobramento de um descompasso entre os conjuntos de habilidades dos graduados e as modificações das necessidades do mercado de trabalho. A presente pesquisa demonstra a importância de combinar conhecimentos e habilidades dos universitários graduados com as necessidades do mercado de trabalho. As habilidades que os jovens licenciados adquirem nas instituições de ensino superior não se traduzem necessariamente em empregabilidade no mercado de trabalho. Ademais, certas abordagens, que tomam o partido da oferta, tendem a atribuir responsabilidade às instituições de ensino superior para melhorar as habilidades dos graduados. Contudo, a garantia de uma empregabilidade bem desenvolvida e bem executada pode não corresponder necessariamente aos resultados reais de emprego dos graduados. Por isso, as instituições de ensino superior devem avaliar criticamente seus currículos para atender às rápidas mudanças socioeconômicas.

A intensificação do desemprego e do subemprego dos graduados, combinada com a “quebra da promessa” feita pela teoria do capital humano, gerou descontentamento entre os jovens. Os estudos recentes frequentemente demonstram um autorrelato de infelicidade entre os jovens em todo o Leste Asiático. De modo similar, os jovens infelizes no Reino Unido e na Europa forçaram os governos do Ocidente a reconhecer a “crise dos jovens”. Os governos de diferentes partes do globo devem lidar cuidadosamente com a intensificação dos conflitos intergeracionais, particularmente quando um número crescente de jovens infelizes enxerga a raiz do problema como sendo as *desigualdades geracionais em educação, trabalho, moradia e bem-estar*. ■

Contato com Ka Ho Mok <kahomok@ln.edu.hk>

1. O artigo é uma versão revisada e adaptada do artigo recente do autor: Mok, KH, Ke, GG and Tian, Z (2022) “Massification and privatisation of higher education in East Asia: Critical reflections on graduate employment from sociological and political economic perspectives,” In: Brown, P et al (eds) *International Handbook for Graduate Employment*. Cheltenham: Edward Elgar. (no prelo).

> Resiliência universitária sob o populismo no Brasil

por **Elizabeth Balbachevsky**, Universidade de São Paulo, Brasil



Lambe-lambe de rua em uma parede com a palavra "populismo" escrita nele. Crédito: Dr Case/flickr.

Este artigo trata sobre os desafios que as universidades públicas enfrentam sob um governo neopopulista. Ele alcança esse objetivo explorando a experiência contemporânea das universidades públicas brasileiras diante do governo do presidente Bolsonaro.

Nas últimas décadas, o ensino superior enfrentou muitos desafios de iniciativas governamentais em todo o mundo. A neoliberalização, a mercantilização, a gerencialização e outros termos descrevem os muitos aspectos da dinâmica de mudança que molda a relação entre educação superior, governos e sociedade. Entretanto, a experiência de um governo neopopulista leva a um passo adiante: sob esse tipo de governo, as universidades não experimentam apenas um ambiente político adverso que pressiona por mudanças. Ao invés disso, elas enfrentam um ambiente hostil, onde o governo não está interessado em transformar, mas em derrotar as universidades.

Populismo é um termo antigo empregado na análise política para descrever líderes que ascendem e permanecem no poder mobilizando o apoio direto de grande parte da população. Eles alcançam essa mobilização construindo cuidadosamente diferentes discursos que tratam das queixas e ressentimentos de vários setores da sociedade. Atualmente, o ressentimento já difundido e que se multiplica em setores marginalizados pela dinâmica da

sociedade do conhecimento representa uma excelente oportunidade para os empresários políticos lucrarem com o investimento de tempo e recursos a fim de dar voz e organizar essa insatisfação. Eles fazem isso empregando a velha artimanha populista: nutrem um nexos pessoal entre o líder e os seguidores e prometem incluir e proteger as "pessoas há muito negligenciadas".

> O ataque neopopulista às universidades

Nesse discurso, as universidades, assim como outras entidades, representam o inimigo: são o berço da cultura pós-materialista e dos valores que desafiam as crenças centrais do "povo". As universidades incorporam a ciência e tecnologia, que estão entre as principais ameaças às antigas tradições. A abordagem cética que a ciência nutre ao tratar de verdades estabelecidas é outra fonte de desconfiança. Tais percepções fazem da universidade um inimigo a ser subjugado. Na versão mais totalitária do neopopulismo, as políticas de controle da vida universitária têm um significado mais profundo: visam converter a universidade em uma ferramenta para difundir a ideologia dominante sustentada pelo regime neopopulista.

O neopopulismo que ameaça a atual democracia brasileira também possui raízes no empobrecimento e na insegurança trazidos pela globalização. Mas isso vai além: alimenta a insegurança trazida pela precariedade do

>>

acesso à educação de qualidade e o déficit generalizado na formação de habilidades e competências modernas. Esse ressentimento foi explorado pelo candidato Jair Messias Bolsonaro em sua campanha vitoriosa à presidência em 2018. Ele conseguiu esse feito mobilizando diferentes canais de mídia social e formulando diversas narrativas direcionadas aos seus apoiadores. Cada narrativa explorou fontes de ódio e ressentimento e apresentou o candidato como a expressão correta de todas as queixas e o lutador pelos valores antigos e tradicionais.

Uma vez no cargo, Bolsonaro governou combinando o apoio de uma grande, dispersa e diversificada rede de seguidores mobilizados por meio das mídias sociais e o suporte entusiástico de uma vasta coleção de parlamentares de diferentes partidos. Uma agenda conservadora mobiliza o apoio político de Bolsonaro. Seu principal objetivo é o desmantelamento dos marcos regulatórios vigentes em todas as áreas: meio ambiente, saúde, educação, infraestrutura e bem-estar.

O governo de Bolsonaro também considerou as universidades públicas inimigas. Em diferentes ocasiões, membros do governo retrataram as universidades públicas como ninhos de comunistas e ateus e acusaram as autoridades universitárias de tolerar plantações de maconha em seus campi. Como consequência, o seu governo impôs cortes rigorosos nos orçamentos das universidades federais. O Ministério da Justiça mobilizou uma lei antiga, datada dos anos autoritários da década de 1960, para iniciar processos judiciais contra acadêmicos e funcionários da administração superior universitária sempre que ousassem criticar o governo em falas públicas. Utilizando a pandemia como desculpa, o governo também congelou a contratação de novos acadêmicos e funcionários. Houve movimentos de intervenção na autonomia acadêmica em diferentes momentos: cortes nos recursos para apoio às ciências sociais e humanas e ações voltadas para comprometer a continuidade dos programas de pós-graduação com foco nas desigualdades de gênero e raça. Por fim, o governo conseguiu em muitas ocasiões desorganizar a governança interna das universidades, burlando regras estabelecidas e nomeando líderes de pequenos movimentos conservadores como diretores das universidades.

> A resistência das universidades

Não obstante esse ambiente adverso, as universidades brasileiras sobreviveram. Elas foram capazes de enfrentar os desafios impostos pela pandemia, encontraram recursos para reinventar o ensino e a aprendizagem utilizando as ferramentas disponíveis para educação a distância e lançaram programas que permitem que alunos de origem humilde acessem a internet. Programas de pesquisa e pós-graduação de diversas áreas se reinventaram ao focar na compreensão das múltiplas consequências da pandemia, o que justificou a presença da universidade aos olhos da sociedade brasileira.

A resistência universitária vem de diferentes, mas complementares, fontes. A primeira é a presença de fortes aliados na sociedade brasileira, em especial, a mídia e o judiciário. Essa é uma herança do importante papel desempenhado pelas universidades públicas na luta pela democratização do país entre as décadas de 1970 e 1980. O segundo é o papel desempenhado pelos procedimentos de revisão por pares nas políticas de educação científica e de pós-graduação. Ao enfrentarem ameaças de perseguição, acadêmicos de todas as áreas cerraram fileiras em defesa da liberdade acadêmica. Por último, existem regras colegiadas que ainda formam a base da governança universitária no Brasil. A colegialidade significa que as instâncias de tomada de decisão universitárias são dispersas, com muitos centros de decisão semiautônomos sobrepostos. Os departamentos, as faculdades, os laboratórios, os institutos e os programas compartilham algum grau de autonomia no processo interno de tomada de decisões. Quando a administração central colapsou por conta da má gestão do governo, esses centros se fortaleceram e, criando conexões ad hoc, tiraram a universidade de águas turbulentas. Sendo assim, a experiência brasileira demonstra como os antigos modelos de governança ainda são relevantes para sustentar a resiliência da universidade diante das tempestades criadas por governos autoritários neopopulistas. ■

Contato com Elizabeth Balbachevsky <balbasky@usp.br>

> A possibilidade de uma universidade ubuntu

por Yusef Waghid, Universidade de Stellenbosch, África do Sul

Neste artigo, eu defendo a reconsideração da ideia de uma universidade iluminada pela ética africana do *ubuntu*, que literalmente significa dignidade humana e interdependência. Globalmente, as universidades evoluíram enquanto instituições preocupadas com a (re)produção do conhecimento com fins variados que vão desde a autonomia individual, passam pela responsabilidade pública e chegam até os interesses da economia e dos mercados. Contudo, minha principal preocupação é que as universidades nem sempre responderam aos objetivos de serem publicamente responsáveis ou de prestarem contas.

> A universidade pública sob ameaça

A despeito das alegações de que a universidade pública na África do Sul está significativamente transformada, sua relutância em lidar de modo adequado e ousado questões como os protestos estudantis em andamento contra o aumento dos custos com mensalidades; corrupção institucional e má gestão de recursos; desigualdade e exclusão de gênero; assédio sexual; más práticas que envolvem suborno por notas, plágio acadêmico e indisciplina; e o consumo excessivo de álcool e a delinquência dos estudantes agravam as crises na educação universitária. Entretanto, de longe, o aspecto mais desconcertante da vida universitária está relacionado à atividade pedagógica do ensino superior e à própria aprendizagem. O ensino e a aprendizagem parecem ter permanecido predominantemente preocupados com a transferência e aquisição de conhecimento, restando oportunidades limitadas para práticas pedagógicas críticas. Com a introdução do ensino remoto on-line de emergência durante a pandemia de coronavírus, parecia que o aprendizado crítico havia sido novamente sacrificado pelo aprendizado on-line remoto e misto, como se essas abordagens aplicadas à pedagogia superior em si pudessem criar confiança na educação universitária. Dessa maneira, sem querer ser demasiado alarmista, a responsabilidade pública da universidade parece estar ameaçada e a instituição à beira do colapso.

Em resposta à terrível situação em que a universidade na África do Sul parece se encontrar, proponho que a ideia de uma universidade seja repensada à luz da ética africana do *ubuntu*. A meu ver, o *ubuntu* é um conceito

filosófico e ético-político que pode contribuir, primeiro, para pensar a universidade de forma diferente em tempos conturbados; e, em segundo lugar, para ordenar práticas que possam realinhar propósitos institucionais e transformacionais com uma ideia de comunidade na qual acadêmicos e estudantes possam cultivar relações de liberdade individual, engajamento colaborativo e co-pertencimento. Uma perspectiva *ubuntu* pode gerar uma instituição de ensino superior que reconsidere o potencial transformador da própria instituição.

O que distingue o *ubuntu* é a sua conexão interna com a ação humana e a atuação externa de relações com outros humanos, contextos e entidades não humanas, como computadores e outros dispositivos tecnológicos. Torna-se evidente pelo ditado “eu sou porque nós somos”, que o *ubuntu* implica ter relações intra e inter-relacionadas consigo mesmo e com os outros, incluindo outras coisas, de modo que as ações implícitas no *ubuntu* são uma questão de fazer coisas com os outros e nem sempre para e pelos outros. Meu argumento é que uma universidade inspirada no *ubuntu* pode oferecer à instituição uma oportunidade de permanecer autônoma, mas publicamente responsável por suas ações. Em síntese, tal universidade não apenas consolidaria a agenda de transformação da instituição, mas, em primeiro lugar, a estenderia a assuntos de interesse público. Refiro-me aqui a questões que envolvem sua transformação em relação a reivindicações de conhecimento e razão e linhas de investigação não pensadas anteriormente. Segundo, essa universidade consideraria seu envolvimento com a comunidade mais ampla não como prestação de serviço ou atividade que tem certo impacto, mas sim como um ato de colaboração genuína tanto no interesse da instituição quanto do público em geral. Terceiro, a universidade lançaria reivindicações a fim de cultivar uma atenção moral para com as preocupações locais e mundanas em e sobre assuntos que aumentariam a dignidade humana, a justiça social e restaurativa e a coexistência humana pacífica.

> A descolonização/decolonialidade e uma universidade ubuntu

De longe, o aspecto mais crucial da transformação do ensino superior que a universidade pública deveria considerar com maior urgência é a noção de



“Uma perspectiva ubuntu pode gerar uma instituição de ensino superior que reconsidere o potencial transformador da própria instituição”

descolonização. Quando falamos sobre a descolonização do ensino superior, referimo-nos a práticas de resistência que são oferecidas para romper com as compreensões distorcidas de compartilhamento de poder que permeiam as práticas do ensino superior. Ao lado da descolonização, a noção de decolonialidade pode ser considerada como a restauração dos valores culturais, aspirações econômicas e interesses de conhecimento de comunidades (anteriormente) colonizadas. Por conseguinte, a descolonização da universidade pública é uma tentativa de se opor e minar o legado imperialista e a desvalorização das culturas e interesses de conhecimento das comunidades marginalizadas. Desse modo, a descolonização do ensino superior pode ser redigida como uma rearticulação dos sistemas de valores subjacentes das comunidades excluídas. É aí que o projeto de descolonização se conecta com o *ubuntu*, no sentido de que este também insiste que os valores do outro em sua alteridade devem ser atendidos. Assim, a descolonização do ensino superior é sinônimo de remodelação segundo os valores morais do *ubuntu*.

Uma pergunta pode ser legitimamente feita: uma universidade *ubuntu* é diferente de uma universidade empreendedora, universidade pensante e universidade ecológica? Por mais que esses diferentes entendimentos acentuem tanto os imperativos epistemológicos quanto morais da universidade em relação a si mesma e às sociedades em que se manifestam, defendo que é por meio da universidade *ubuntu* que o emotivismo nas formas de dignidade e humanidade aumentará a capacidade da universidade em termos de autonomia, responsabilidade e criticidade.

O que faz uma universidade *ubuntu* ser o que é? Primeiro, o uso do ditado “eu sou, logo somos”, em particular a frase “eu sou”, acentua a reivindicação da universidade de ação autônoma. O que torna uma universidade em uma universidade é, primeiramente, sua fidelidade em estimular e garantir a ação individual autônoma – uma ideia que ressoa com a frase “eu sou”.

Segundo, a frase “nós somos” no *ubuntu* é pertinente ao perseguir a ação humana coletiva. Todavia, essa coletividade permitida pelo *ubuntu* é baseada no engajamento deliberativo. O ponto é que uma universidade *ubuntu* promove a ação deliberativa por parte de seus membros constituintes – seus pesquisadores intelectuais. Esse tipo de engajamento deliberativo é tanto educacional quanto político. O engajamento deliberativo como um ato da educação superior está condicionado a investigadores autônomos que podem oferecer reivindicações de julgamentos dentro e fora de uma universidade. A condição do ensino superior é que as pessoas trabalhem e atuem juntas com um espírito de abertura, reflexividade e conectividade, por meio do qual elas explorem conjuntamente as coisas por seu valor intrínseco e extrínseco. A questão é que o *ubuntu* não pode se limitar a realizar o ensino superior somente para fins intrínsecos, pois isso negaria a responsabilidade da universidade em relação ao público, ao social e ao global.

Terceiro, uma universidade *ubuntu* deve ser voltada para o futuro e considerar os imperativos locais e globais. É razoável defender tal compreensão para uma universidade africana, pois uma universidade inspirada no *ubuntu* permanece em processo de formação. Essa universidade deve se preocupar não somente com um conhecimento voltado às preocupações locais e sociais, mas também abordar problemas globais na busca pela coexistência, reconhecimento da pluralidade de vozes e co-dependência de todos os outros para cooperação e progresso pacíficos. Isso é tão característico de uma universidade *ubuntu* que ajudaria, de alguma forma, a abordar as preocupações e distopias globais.

Por fim, seria sensato reformular o ditado *ubuntu* de “eu sou, portanto, somos” para “eu sou, portanto, somos e podemos nos tornar”. Isso implica que uma universidade *ubuntu* deve sempre ser considerada como um *dever*, com um conjunto de possibilidades abertas e não conclusivas.

Contato com Yusef Waghid <yw@sun.ac.za>

> A necessidade de utopias reais

por Michael Burawoy, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA

Erik Olin Wright foi um pioneiro na reconstrução do marxismo. Seu trabalho sobre localizações de classes contraditórias – relações intermediárias entre as classes fundamentais de Marx – se transformou em um projeto global e inspirou análises de classe em todo o mundo. Ele lutou com os fundamentos lógicos e correlatos empíricos de classe até seus últimos dias. Entre seus livros mais importantes estão *Classes [As classes]* (1985), *Class Counts [A classe importa]* (1997) e suas reflexões finais *Understanding Class [Entendendo classe]* (2015). A maioria dos mortais ficaria satisfeita com um desses grandes projetos globais, mas a partir do início dos anos 1990, Wright embarcou em um segundo projeto global, o Projeto utopias reais. Era o momento do colapso do socialismo realmente existente na União Soviética e de seus satélites, da transição da China para o capitalismo de Estado, bem como da consolidação do neoliberalismo.

Face a esses eventos históricos, muitos declararam a morte do marxismo. Wright, porém, teve uma visão oposta. Livre de sua associação com os partidos-Estados da União Soviética e da China, ele viu uma oportunidade para revitalizar o marxismo a partir de visões pautadas em um futuro socialista real – visões estas fundadas em instituições realmente existentes e florescendo nos interstícios do capitalismo ou surgindo das dependências do trabalho. Ele construiu uma elaborada arquitetura teórica para utopias reais em sua obra-prima *Envisioning Real Utopias [Imaginando utopias reais]* (2010) e posteriormente apresentou suas ideias como um manifesto intitulado *How to be an Anticapitalist in the 21st Century [Como ser anticapitalista no século XXI]* (2019), publicado postumamente em 13 idiomas.

Porém Wright não era apenas um teórico de utopias reais, ele também era um praticante de utopias reais, viajando pelo mundo em busca de desafios ao capitalismo onde quer que eles pudessem aparecer, conversando com ativistas que tentavam cumprir sua promessa. Ele foi uma inspiração não apenas para acadêmicos, mas para um vasto público que luta por justiça social. Ao dialogar com os protagonistas dessas utopias reais, Wright desvendaria seus princípios subjacentes, suas contradições internas e as condições de sua existência e disseminação. Ele daria seminários em seu próprio departamento na Universidade de Wisconsin, mas também nos cantos mais distantes do mundo para discutir as possibilidades e os limites das

utopias reais; seminários que terminariam em sua série de livros publicados pela Verso.

Em nome de todo o progresso que ele fez, Erik Wright nos deixou com a tarefa inacabada de trazer unidade às utopias reais como um projeto anticapitalista. Em *Imaginando utopias reais*, Wright lista as características destrutivas do capitalismo que as utopias reais estavam destinadas a dissolver, alegando que suas raízes se encontram na sociedade civil. Ele procurou restaurar o social ao socialismo. Em *Como ser um anticapitalista no século 21*, ele fundamenta as utopias reais a partir dos valores que defendem – igualdade, democracia, justiça social e solidariedade – valores que foram implantados para legitimar o capitalismo, mas podem ser realizados apenas parcialmente sob o capitalismo. Entretanto, há uma ambiguidade sobre a força motriz por trás das utopias reais e em que sentido elas são anticapitalistas. Neste breve artigo, sugeri que uma resposta a essas perguntas pode ser encontrada em *A grande transformação* (1944) de Karl Polanyi. Como irei argumentar, as próprias ideias de Polanyi são limitadas; elas necessitam ser infundidas com uma dose de teoria marxista sobre a dinâmica do capitalismo. E o círculo está completo quando reconhecemos que a teoria marxista precisa da virada de Wright de utopias imaginárias para utopias reais.

> À procura da unidade das utopias reais

A arquitetura de *Envisioning Real Utopias* de Wright é elegantemente simples: crítica ao capitalismo (diagnóstico); alternativas ao capitalismo (soluções); o problema da transformação (tratamento). Wright tem 11 críticas ao capitalismo. Em suma, o capitalismo perpetua o sofrimento humano desnecessário; bloqueia as condições para o desenvolvimento humano; limita a liberdade individual; viola princípios de igualdade; é ineficiente em aspectos cruciais; é enviesado para o consumismo; destrói o meio ambiente; ameaça valores amplamente aceitos; alimenta o militarismo e o imperialismo; corrói a comunidade; e limita a democracia. Esta é uma enorme acusação! Os elementos estão intimamente ligados uns aos outros, mas não fornecem nenhum tema unificador ou possuem uma crítica central.

Se existe uma unidade, ela não repousa sobre a crítica ao capitalismo, mas na solução, isto é, no empoderamento da sociedade civil vis-à-vis a economia

>>

“Quem irá formar o ator coletivo para salvar a humanidade do capitalismo? Esse é o problema que Marx, Polanyi e Wright nos deixaram para resolver”

e o Estado, restaurando o social no socialismo. Deixando de lado a ideia de utopias imaginárias que perseguiram a história do socialismo, ele começou a descobrir “utopias reais”: formações realmente existentes – instituições, organizações – de caráter anticapitalista que crescem nos interstícios do capitalismo ou em simbiose com o desenvolvimento do capitalismo.

Algumas de suas utopias verdadeiras favoritas foram: a bolsa de renda básica, as cooperativas, a Wikipedia, o orçamento participativo e a economia social. Seu plano era trabalhar com praticantes, formular a utopia real abstratamente e examinar suas condições de existência e disseminação, bem como suas contradições internas. As utopias reais eram anticapitalistas na medida em que desafiavam uma ou mais das características destrutivas do capitalismo. Wright formulou um conjunto de estratégias de transição – simbiótica, intersticial, saída e ruptura – mas foi bastante reticente quanto aos agentes de tal transformação. Não menos importante é mencionar que ele falhou em vincular essas utopias reais a uma teoria da dinâmica do capitalismo, uma teoria que pudesse explicar sua aparência, bem como seu desafio ao capitalismo enquanto tal. Eu recorro a Karl Polanyi e Marx para resgatar o projeto de Wright.

> De Wright a Polanyi

Polanyi também foi um apaixonado pelas utopias reais – o comunismo de Robert Owen, o crescimento das cooperativas e os embriões do socialismo de guildas. Todos eles estavam inseridos nos movimentos sociais ingleses do século XIX, contestando a mercadorização desregulamentada do trabalho. Como veremos, as utopias reais de Wright também podem ser vistas como contramovimentos à mercadorização. O que é menos claro é sua relação com o capitalismo.

Polanyi considerava o fascismo, o stalinismo e a social-democracia como reações lideradas pelo Estado à mercantilização desregulada. Mas qual é a conexão lógica entre as pretensões periódicas do fundamentalismo de mercado e do capitalismo? Uma pista interessante para a resposta está no famoso Paradoxo de Polanyi – seu fracasso em antecipar uma terceira onda de mercantilização a partir da década de 1970, ou o que chamamos de neoliberalismo. Eu a chamo de *mercantilização de terceira onda* – porque o próprio relato histórico de Polanyi contém não uma, mas duas ondas de mercantilização – uma no século XIX amplamente centrada nas reações à mercadorização do trabalho e outra no século XX impulsionada pela mercadorização do dinheiro

(capital financeiro). A primeira levou a uma reação dos movimentos sociais, a segunda a reações do Estado – algumas progressivas e outras patológicas. Polanyi estava particularmente preocupado com a resposta fascista.

Polanyi imaginava que a humanidade nunca mais ousaria experimentar o fundamentalismo de mercado. A humanidade jamais se arriscaria com a destrutividade de mercados não regulamentados, criando o que ele chamou de “mercadorias fictícias” – trabalho, dinheiro e natureza – mercadorias cujo valor de uso é destruído quando sujeito a trocas não regulamentadas. Ele estava errado. Ainda houve outra rodada de mercantilização que teve início na década de 1970. Por que ele não pôde enxergar essa possibilidade? Acredito que a resposta seja porque ele tinha uma noção idealista de fundamentalismo de mercado – uma utopia perigosa que surgiu da cabeça de economistas liberais mal orientados.

O idealismo de Polanyi também aparece em sua hostilidade à análise marxista do capitalismo – hostilidade às leis do desenvolvimento do capitalismo e à luta de classes resultante. Segundo Polanyi, Marx superestimou a possibilidade de uma luta de classes impulsionada pela exploração. Com efeito, existe um paradoxo na consideração de Marx: como pode haver luta de classes quando a exploração não é palpável, mas mistificada e quando os trabalhadores possuem um interesse material na expansão máxima do capitalismo?

Ao invés de lutar com esses paradoxos marxistas, Polanyi considera que a alienação sob o capitalismo é melhor compreendida pelas lentes da mercadorização do que pelas lentes da produção. Enquanto para Marx a mercadorização serve para mistificar a exploração na produção, para Polanyi a destrutividade da mercadorização, particularmente de “mercadorias fictícias”, cria despossessão e desafeição. Porém ao descartar a dinâmica marxista e ao focar na mercadorização às custas da exploração, e nos mercados às custas da produção, Polanyi fica sem uma teoria da dinâmica capitalista, uma teoria da (des)acumulação. Consequentemente, ele não consegue enxergar as raízes da mercantilização na expansão contraditória do próprio capitalismo. Isso nos obriga a retornar a Marx.

> De Polanyi para Marx de volta

A mercadorização não é uma característica incidental do capitalismo, criada por economistas liberais falíveis. Ao contrário, é a maneira como o capitalismo consegue solucionar suas crises sistêmicas de superprodução

>>

e lucratividade. A superprodução é contrabalaneada pela busca de novos mercados, e isso não ocorre apenas no início do capitalismo, mas continua por todo o capitalismo e, pode-se acrescentar, envolve uma boa dose de violência. Nós podemos pensar no imperialismo como a extração de matérias-primas possibilitada pela mão de obra barata nas colônias que, desse modo, cria novos mercados de consumo. Em outras palavras, é por meio das ondas de mercantilização – a expansão da mercadorização – que o capitalismo supera as crises que ele próprio gera. Assim sendo, os movimentos de oposição à mercadorização *podem* ser um desafio ao capitalismo: a antimercadorização *pode* ser anticapitalista. Destarte, se experimentarmos a destrutividade do capitalismo por meio de ondas recorrentes de mercadorização, então a mercadorização pode ser o terreno para uma estratégia anticapitalista.

Marx nos oferece uma teoria da dinâmica do capitalismo, na verdade uma que torna necessária uma mercadorização cada vez mais profunda para a sobrevivência do capitalismo. Entretanto, Marx só vê a resistência ao capitalismo como fruto das lutas na produção, ele não vê a mercantilização em si, isto é, a mercadorização de tudo, como uma fonte mais poderosa de resistência coletiva. Se Marx nos oferece uma teoria materialista da necessidade de ondas de mercantilização sob o capitalismo, Polanyi nos dá uma teoria de resistência ao capitalismo que emana da mercantilização.

Munidos com Polanyi e Marx agora podemos retornar a Wright. Nós podemos olhar para suas utopias reais como projetos antimercadorizantes. A bolsa de renda básica desafia a mercadorização do trabalho, o orçamento participativo e os bancos públicos desafiam a mercadorização do capital, a Wikipedia se opõe à mercadorização do conhecimento, as cooperativas rurais ameaçam a mercadorização da terra e do trabalho. Eu sugiro, desse modo, que a antimercadorização é um enquadramento unificador para suas utopias reais díspares. Assim, elas se tornam parte do que Polanyi chama de contramovimento.

> A questão da agência

Marx prestou um enorme desserviço ao marxismo ao se recusar a preencher o comunismo com um conteúdo institucional, permitindo assim que qualquer regime ou movimento se autodenominasse “comunista”. Wright oferece um corretivo importante a partir de suas utopias

reais, mas elas precisam de uma rubrica unificadora. A crítica de Polanyi à mercadorização fornece essa unidade, mas ele não enxerga a conexão entre a dinâmica do capitalismo e as sucessivas ondas de mercantilização. Ainda que Marx subestime a destrutividade da mercadorização, ele fornece uma síntese final ao vincular a acumulação à mercantilização. Mas esta síntese teórica levanta outros problemas.

Primeiro, como assinala Polanyi, a antimercadorização, ou os chamados contramovimentos, podem acabar alimentando o autoritarismo, o fascismo, sacrificando assim o caráter democrático das utopias de Wright. O que pode garantir uma solução democrática ao invés de uma outra autoritária para a mercantilização?

Segundo, Polanyi supôs que quando a mercadorização ameaçasse a sociedade, a sociedade reagiria de volta. Não podemos mais assumir isso como algo garantido. Dito de outra maneira, temos que nos preocupar não apenas com a forma do contramovimento – autoritário ou democrático – mas se um contramovimento é viável.

Terceiro, quando a antimercadorização se torna uma forma de *desmercadorização*, essa pode ser uma estratégia de absorção eficaz. Sendo assim, a criação de um estado de bem-estar social pode suscitar o consentimento ao capitalismo, não sua superação. Em que circunstâncias a antimercadorização se torna anticapitalista?

Quarto, a mercantilização pode ir muito além da mercadorização, pode expulsar mercadorias fictícias, fatores de produção do mercado como um todo, ou seja, a produção de resíduos, o que chamo de *ex-mercadorização*. A mercadorização pode levar à destruição do trabalho, da terra, do dinheiro, do conhecimento, do meio ambiente. Isso é sobretudo verdadeiro para a terceira onda de mercantilização dos últimos cinquenta anos.

Quinto, o desafio atual é escalar os contramovimentos para o nível global. Os contramovimentos ainda se alojam nos níveis local e nacional sem enfrentar o quadro global de mercadorização. Nós ainda estamos comprometidos com as respostas à mercantilização de segunda onda quando estamos no meio da mercantilização de terceira onda.

Todas essas questões giram em torno da inquietante questão da agência: quem irá formar o ator coletivo para salvar a humanidade do capitalismo? Esse é o problema que Marx, Polanyi e Wright nos deixaram para resolver. ■

Contato com Michael Burawoy <burawoy@berkeley.edu>

> Sociologia turca: desafios e possibilidades

por **N. Beril Özer Tekin**, Universidade de Döğuş, Turquia, e membro da Rede de Pesquisa da ESA em Sociologia da Saúde e Medicina (RN16)

A sociologia na Turquia tem um caráter muito dinâmico, e algumas questões e áreas de discussão específicas. Nesse sentido, a sociedade civil, o governo, as políticas, os problemas ambientais, o cotidiano e o consumo estão entre os temas mais discutidos. Junto com as diferenças trazidas pela cultura única, características socioeconômicas, dinâmica política e características institucionais da Turquia em comparação com outros países do mundo, a pandemia também afetou as práticas do fazer sociológico. Com a pandemia, as dificuldades sociais e econômicas vivenciadas por diferentes segmentos da sociedade e as mudanças nas formas de fazer negócios e no cotidiano, em geral, trouxeram uma perspectiva pandêmica para as questões atualmente estudadas e uma maior concentração sobre as desigualdades.

Os artigos desta seção fornecem uma melhor compreensão da realidade social da Turquia e das práticas de sociologia.

Aslı Telsereen discute o movimento feminista do passado ao presente em seu artigo intitulado “(Des)igualdade de gênero e feminismo na Turquia”. Junto com uma perspectiva histórica, ela aponta para os desafios atuais e mostra como os processos relacionados à pandemia aprofundaram a diferença de gênero e aumentaram a violência de gênero e o feminicídio. O artigo também sugere que a pandemia revelou a importância do trabalho feminino – tanto remunerado quanto não remunerado.

Dicle Koylan discute os novos padrões de trabalho dos trabalhadores de colarinho branco após a pandemia em “COVID-19 e consumo de classe média na Turquia”. O artigo foca nas mudanças trazidas pelo trabalho em casa no que diz respeito ao ambiente de trabalho e hábitos,

aumento das expectativas dos gestores em termos de jornadas de trabalho mais longas, aumento da pressão e estresse sobre os funcionários e mudanças nos hábitos de consumo.

Em “A sociologia do ambientalismo na Turquia”, Özkan Öztürk discute o processo histórico de reações sociais aos problemas ambientais no país. Ele sugere que a política do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), o principal partido político da Turquia, aumentou os problemas ambientais, fazendo com que eles afetassem segmentos mais amplos da população, como visto em projetos de energia, como projetos de usinas hidrelétricas. Isso permitiu que o discurso ambientalista ressoasse com um público mais amplo, devido também à influência da internet.

İlknur Hacisoftaoğlu discute o estado da desigualdade de gênero em seu artigo intitulado “Mulheres apanhadas nos confrontos ideológicos da Turquia”. Ela chama a atenção para o gênero e a construção do corpo na arena do esporte. Por fim, o artigo enfatiza que, enquanto os corpos das mulheres continuam a ser instrumentalizados nos debates políticos, as mulheres lutam para desenhar seu destino.

Em “A pandemia e os ‘imigrantes digitais’ na Turquia”, N. Beril Özer Tekin discute o aumento do etarismo durante a pandemia e aponta as possibilidades da internet e das tecnologias digitais inteligentes para os idosos, os chamados “imigrantes digitais”. Ela mostra que a exclusão, o isolamento social e as desigualdades podem ser reduzidas na Turquia através da internet, e oferece sugestões. ■

Espero que gostem desta seção!

Contato com N. Beril Özer Tekin <btekin@dogus.edu.tr>

> (Des)igualdade de gênero e feminismo na Turquia

por Asli Telseren, Universidade de Doğuş, Turquia e Laboratório de Mudança Social e Política – Centro de Ensino, Documentação e Pesquisa de Estudos Feministas (LCSP-CEDREF), Universidade de Paris-Cité, França



Uma manifestação em 8 de março na Turquia. No contexto da pandemia tornou-se ainda mais importante levar o protesto feminista às ruas.

Enquanto construção social, gênero se refere à distinção cultural, social, política e econômica entre os papéis sociais, que muda ao longo do tempo e do espaço. Construídos por meio de instituições sociais de acordo com as necessidades socioeconômicas, culturais e políticas das sociedades, os regimes de gênero determinam as desigualdades e hierarquias de gênero dentro das estruturas socioeconômicas e políticas. Portanto, as desigualdades não são naturais nem biologicamente dadas, mas, em vez disso, são socialmente construídas.

Como um dos direitos humanos fundamentais, a igualdade de gênero refere-se a uma chance igual de acesso aos recursos públicos, econômicos, políticos e sociais, e a oportunidades independentemente do gênero. O sociólogo Nilay Çabuk Kaya define-a como a participação igualitária de mulheres e homens em todas as dimensões da vida social¹. Nesse contexto, a igualdade de gênero afeta todos os indivíduos, sejam cis ou mulheres trans e homens; adultos ou crianças; empregados ou desempregados, e assim por diante. Portanto, é mais do que igual representação na vida política e está fortemente ligada ao movimento feminista e ao movimento LGBTQI+-. Dentro da situação e estrutura social da Turquia, alcançar a igualdade de gênero requer erradicar todas as práticas nocivas contra mulheres e indivíduos LGBTQI+-, incluindo violência física, psicológica, econômica e sexual, feminicídio, lacunas salariais e discriminação de gênero,

entre muitas outras. Este artigo discutirá o estado atual de gênero na Turquia a partir do final de 2021.

> Uma breve história de gênero na Turquia

Os argumentos e discussões sobre a igualdade de gênero (principalmente em termos de igualdade dos sexos) remontam ao período de modernização do Império Otomano e à fundação da República da Turquia. Como Serpil Sançar e Ayça Bulut discutem, as reformas públicas das décadas de 1920 e 1930 retrataram as mulheres como um símbolo de modernização e como a face moderna da sociedade turca². Assim, as políticas de igualdade de gênero foram desenvolvidas como parte de processos de modernização ou transformação cultural, em vez de serem uma característica indispensável do desenvolvimento econômico e social. Embora esse período priorize a família como estrutura, uma série de leis sobre igualdade de homens e mulheres foram aprovadas, incluindo o direito ao voto e ao código civil. Apesar dessas reformas, a igualdade de gênero estava longe de ser alcançada em nível social, e a assimetria de gênero continuou a existir.

Desde o final da década de 1980, as organizações de mulheres e o movimento feminista têm adquirido um papel essencial na força da igualdade de gênero. Seus proeminentes esforços políticos e a crescente participação na formação do cenário político e social tornaram-se cada vez mais visíveis. Na década de 1990, as mulheres começaram a ganhar benefícios legais e sociais como resultado dos esforços feministas. Para cumprir os direitos humanos das mulheres, como o acesso igualitário aos recursos públicos, econômicos e políticos, a eliminação da violência contra as mulheres e o aumento da representação política das mulheres na assembleia, a luta feminista continuou. Nesse período, as feministas passaram a questionar o lugar das mulheres na família e a estrutura patriarcal existente. Elas também se concentraram em questões como sexismo, dominação masculina, violência doméstica e trabalho doméstico não remunerado. Nesse sentido, prestaram especial atenção à análise do papel do patriarcado e do sistema social, político e econômico patriarcal. Graças aos seus esforços, cresceu a conscientização pública sobre os problemas existentes baseados na desigualdade de gênero, juntamente com informações sobre recursos e mecanismos para resolvê-los.

>>

> Desafios contemporâneos

Devido aos esforços das feministas nas décadas de 1980 e 1990, o movimento feminista se fortaleceu social e politicamente. Nos anos 2000 e em diante, parece que todas as mulheres, independentemente de sua religião, etnia, classe, orientação sexual e idade, que veem o patriarcado e a estrutura social patriarcal como um problema são as protagonistas do movimento feminista. Como Hill-Collins (1990) argumenta, gênero, classe e etnia estão entre as relações sociais mais ambíguas e politizadas do mundo moderno. Tendo visto que classe, orientação sexual, idade, religião, estado de saúde, laços de cidadania, etc. diferenciam as experiências das mulheres, as feministas continuam a questionar sistematicamente a ligação entre as relações de poder entrelaçadas às experiências sociais e políticas das mulheres. O caráter interseccional do movimento feminista na Turquia deve ser visto como a causa principal da força do movimento.

Quando olhamos para o processo de formulação de políticas nos anos 2000, é evidente que a política de gênero era coerente com o processo de adesão à União Europeia que havia começado após a Cúpula de Helsinque em 1999. Neste período, a Turquia experimentou vários sinais de progresso nos direitos das mulheres, incluindo as alterações do Código Penal turco e do Código Civil, e a sede da Convenção de Istambul. A Turquia tornou-se o primeiro país a assinar a Convenção de Istambul, a primeira convenção europeia destinada a garantir uma região sem violência contra as mulheres e violência doméstica, independentemente da orientação sexual. O documento pode ser visto como uma garantia para indivíduos LGBTIQ+. Logo após ratificar a Convenção, a Turquia aprovou sua própria lei correspondente nº 6284 em 2012.

No entanto, com as políticas de deseuropeização após 2012, essas reformas desaceleraram. Esse período coincide com a transição do discurso igualitário para o conservador. As políticas neoliberais do período têm sido acompanhadas de retórica sobre a importância da família e o papel da mulher dentro da família, ferramenta essencial para a reconsolidação da estrutura social patriarcal. Em 2021, a Turquia se tornou o primeiro país a deixar a Convenção de Istambul; isso foi feito mesmo sem a aprovação da Grande Assembleia Nacional Turca.

Apesar dos progressos nas últimas décadas, muitos desafios permanecem, incluindo a subrepresentação das mulheres na política e na força de trabalho, a alta taxa de mulheres desempregadas, violência de gênero e feminicídio. Além disso, a pandemia de COVID-19 teve um impacto negativo na igualdade de gênero. Os dados mostram que a pandemia levou a um aumento da violência contra as mulheres. Muitas mulheres tiveram que ficar em condições inseguras por causa das medidas de *lockdown*, dificultando o acesso aos serviços.

Em países como a Turquia, onde as divisões tradicionais e estereotipadas do trabalho são comuns, e onde o trabalho assistencial recai predominantemente sobre as mulheres, enquanto os homens proveem para o lar, apesar das mudanças e desenvolvimentos significativos que ocorreram na prática, a epidemia de COVID-19 aprofundou a diferença de gênero e fez com que as mulheres carregassem uma carga desproporcional. Embora estudos recentes tenham mostrado que os homens também dispenderam mais tempo no trabalho doméstico durante a pandemia, os mesmos estudos revelaram que a participação dos homens no trabalho doméstico não reduziu a carga das mulheres. Na verdade, a pandemia revela a importância do trabalho das mulheres. Embora a vida fora dos lares tenha parado, como Melda Yaman ressalta, as mulheres continuaram a trabalhar, em funções remuneradas e não remuneradas, para reproduzir a força de trabalho e para cuidar de crianças e idosos em casa. Foram duramente atingidas pelos impactos econômicos da COVID-19, pois trabalham desproporcionalmente nos mercados de trabalho inseguros. Todos esses fatores tornam as mulheres frágeis tanto no espaço público quanto no privado e constituem um obstáculo significativo para alcançar a igualdade de gênero. ■

Contato com Aslı Telseren <telserena@dogus.edu.tr>

1. BBC News Türkçe, Toplumsal cinsiyet eşitliği nedir, Türkiye’de neden tartışma yaratıyor? <https://www.bbc.com/turkce/haberler-turkiye-49679143> (Entrevista em turco. Acesso em 17 maio de 2022).
2. Sancar, S. and Bulut, A. (2006) Turkey: Country Gender Profile, Final Report, https://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/gender/background/pdf/e06tur.pdf (Acesso em 9 maio de 2022).
3. See Ikkaracan, İ. and Memiş, E. (2021) “Transformations in the gender gaps in paid and unpaid work during the COVID-19 pandemic: findings from Turkey.” *Feminist Economics*. 27 (1-2), 288-309, <https://doi.org/10.1080/13545701.2020.1849764>, and Hızıroğlu-Aygün, A., Köksal, S. and Uysal, G. (2021) “Covid-19 pandemisinde toplumsal cinsiyet eşitsizliği: ev işlerini kim yaptı? Çocuklara kim baktı?”. İstanbul Politikalar Merkezi. Sabancı Üniversitesi. <https://ipc.sabanciuniv.edu/Content/Images/CKeditorImages/20210401-19040880.pdf> (artigo em turco).
4. Yaman, M. (March 7, 2021) “Pandeminin içinden: kadınların yeniden üretim emeği.” *Birgün*, <https://www.birgun.net/haber/pandeminin-icinden-kadinlarin-yeniden-uretim-emeji-336621> (artigo em turco).

> COVID-19

e consumo de classe média na Turquia

por Dicle Koylan, Universidade de Doğuş, Turquia



Crédito: Tran Mau Tri Tam, Creative Commons.

A pandemia de COVID-19 transformou sociedades, instituições e cotidianos de forma repentina e muito rápida. Uma após a outra, as restrições à vida social por governos de todo o mundo fizeram dos conceitos de distância social e isolamento social uma parte da vida cotidiana. A vida foi reorganizada em todas as áreas onde nos reunimos socialmente, desde fazer negócios até atividades de lazer, e isso tem implicado uma mudança nas rotinas, estilos de vida e hábitos de consumo.

Essa mudança repentina tem sido testemunhada especialmente entre trabalhadores de colarinho branco de classe média que, antes da pandemia, rotineiramente se deslocavam para o trabalho, lutavam com engarrafamentos, realizavam reuniões presenciais, trabalhavam com horários definidos em um escritório e circulavam regularmente em espaços públicos. Sem dúvida, a pandemia de COVID-19 afetou todos os segmentos da sociedade e seu cotidiano, mas a mudança é muito mais evidente na vida dos trabalhadores de colarinho branco que mudaram para trabalhar em casa. É claro que essa transformação do trabalho, possibilitada pelos esforços de digitalização de grandes empresas e organizações, foi percebida como um luxo durante a pandemia. É uma opção que os colarinhos brancos de classe média e alta tiveram enquanto as classes mais baixas não tiveram.

Trabalhadores de colarinho azul e da área da saúde têm sido os grupos mais vulneráveis na sociedade turca durante a pandemia de COVID-19. Muitos deles são trabalhadores de baixa qualificação com empregos de baixa remuneração e más condições de trabalho, como motoristas de entrega, trabalhadores da indústria da carne, caixas de supermercados e trabalhadores da construção civil, com alto risco de pegar infecção. Suas condições de trabalho geralmente não são adequadas para digitalização, trabalhar em casa ou ser flexível; portanto, a pandemia de COVID-19 não mudou tanto suas vidas profissionais. Por outro lado, suas rotinas sociais e seus estilos de vida e hábitos de consumo, incluindo interações humanas como se reunir em um café ou participar de um casamento lotado, foram, naturalmente, afetados pela pandemia. Não devemos esquecer que o foco principal de uma sociedade capitalista está na sustentabilidade do trabalho, de modo que a vida profissional das classes mais baixas continuou, tanto quanto possível, como antes.

> O impacto sobre os trabalhadores de colarinho branco

Ao contrário da classe alta e da elite rica que sobreviveram à pandemia em seu luxo habitual, as classes baixa e média testemunharam quase exclusivamente seu impacto

>>

negativo. Minha ênfase é mais particularmente na classe média, especialmente seus trabalhadores de colarinho branco; eles não estavam desempregados durante a pandemia, mas, no entanto, sofreram tanto quanto outros. Mas seus sofrimentos não são reconhecidos, e até mesmo são ignorados. Eles têm testemunhado dificuldades com a digitalização de seus trabalhos. Mudanças em suas condições de trabalho e qualificações necessárias para trabalhar nessas condições afetaram toda a sua vida.

Os empregos de colarinho branco geralmente exigem ir a um escritório e participar de reuniões presenciais, ações que requerem interação humana. No entanto, a pandemia mudou esses requisitos de forma muito rápida. Ações que exigissem interação humana (presencial) em todas as áreas da vida, incluindo a vida profissional, foram proibidas ou limitadas. Portanto, os trabalhadores de colarinho branco que de repente ficaram confinados em suas casas e tentando se adaptar ao trabalho em casa, tiveram que construir uma nova vida cotidiana, resultando em uma mudança de hábitos de consumo em larga escala.

Não surpreende que, no contexto do isolamento social trazido pela pandemia, as pessoas tenham permanecido em grande parte confinadas às suas casas e tenderam a consumir menos. Confinamento, restrições e bloqueios diminuem a visibilidade na esfera pública. As pessoas raramente saem para uma refeição ou reunião, ou participam de um casamento, veem um amigo ou fazem compras em um grande *shopping center*. Isso significa que o consumo de luxo e de aparência (gastar dinheiro e adquirir bens e serviços de luxo especificamente como uma demonstração pública de poder econômico) diminuiu. As pessoas geralmente não compram roupas caras, sapatos de salto alto, um perfume luxuoso ou cosméticos a menos que saiam. Se elas não são vistas por

outras em uma esfera pública, como uma rua comercial ou um escritório em uma praça, elas tendem a não ceder ao consumo conspícuo. Se não houver oportunidade de exibição pública, não haverá consumo conspícuo.

Outro achado sobre a transformação do cotidiano e dos hábitos de consumo tem a ver com a distinção entre o local de trabalho e o lar. Com a pandemia, o local de trabalho tornou-se um quarto na casa. O tempo de trabalho e o lazer também estão cada vez mais próximos do que nunca – as fronteiras entre o escritório e o horário de expediente, e os horários de casa e lazer estão borradas. A casa se tornou um epicentro que abrange uma vida completa. Como resultado da crescente mistura entre trabalho e vida doméstica, houve uma deterioração nas relações familiares dos trabalhadores de colarinho branco de classe média. Passar de trabalhar em um escritório para trabalhar em casa significa que o indivíduo tem que estar pronto para trabalhar a qualquer momento. Trabalhadores de colarinho branco afirmaram que, desde a pandemia, seus superiores e gerentes enviam-lhes *e-mails* mesmo à noite, esperando uma resposta imediata. As expectativas dos gestores mudaram – eles querem que todos os trabalhadores de colarinho branco estejam prontos a qualquer momento para qualquer tarefa, como reuniões, fazer planos de marketing, escrever *e-mails*, preparar relatórios etc. Essas horas de trabalho ambíguas acabam levando a problemas na vida privada. Os trabalhadores não podem fazer planos com sua família ou amigos, ou mesmo planejar assistir a uma transmissão ao vivo. Isso levou à falta de motivação e ao aumento das taxas de estresse e depressão.

Em suma, a pandemia de COVID-19 afetou diretamente e transformou os hábitos cotidianos de vida e consumo dos trabalhadores de colarinho branco de classe média em Istambul. ■

Contato com Dicle Koylan <dkoylan@dogus.edu.tr>

> A sociologia do ambientalismo na Turquia

por **Özkan Öztürk**, Universidade de Karabük, Turquia



O ambientalismo pode preencher a lacuna entre o ativismo ambiental e a mobilização da sociedade civil contra o autoritarismo. Crédito: congerdesign/Pixabay, Creative Commons.

O curso e as formas de ambientalismo na Turquia avançaram em paralelo com a transformação social do país e com sua política. Com a transformação do ambientalismo, é possível acompanhar as lutas pelo desenvolvimento da sociedade civil, as formas ideológicas do neoliberalismo e as divisões sociais criadas pela diferenciação de classe, além dos debates políticos.

Embora a história das reações sociais aos problemas ambientais na Turquia possa ser traçada até o final da década de 1970, o surgimento de um ambientalismo organizado só foi possível no final da década de 1980. Este primeiro período de ambientalismo organizado contribuiu tanto para a destruição das barreiras psicológicas à organização social produzidas pelo golpe militar de 1980, quanto para a formação de um novo terreno político, recuperando a linguagem de protesto na década de 1970, que associou problemas ambientais à política e à economia. O discurso ambientalista, com ênfase na integridade para além da linguagem política do período, buscou ser representado diretamente na política pelo Partido Verde. No entanto, essa tentativa durou pouco porque o ambientalismo primitivo, embora tivesse uma perspectiva inovadora, estava preso em uma prática estreita de classe média e não alcançava as massas. Após essa tentativa política mal sucedida, o discurso ambiental continuou a ser produzido de diferentes formas por meio de organizações não governamentais ambientais.

> A década de 1990: a institucionalização do ambientalismo

A década de 1990, quando o ambientalismo se transformou em um componente da sociedade civil, também foi o período em que os valores ambientais foram integrados aos valores da classe média e quando o ambientalismo se tornou visível na esfera pública. Nesse período, as organizações ambientais foram além de organizações sociais que produzem demandas políticas em relação aos problemas ambientais. Em consonância com uma dinâmica da sociedade civil em expansão contra a autoridade estatal, o ambientalismo tornou-se um forte componente da sociedade civil. Há duas razões principais pelas quais o ambientalismo teve um forte impacto na sociedade civil. Em primeiro lugar, a imagem social do ambientalismo como apolítico permitiu que as pessoas despolitizadas durante o processo golpista fossem reinseridas na organização social. Em segundo lugar, o discurso criado sobre os potenciais riscos da usina nuclear planejada, juntamente com a poluição produzida pela indústria e usinas térmicas em todo o país, deixou mais claro que os problemas ambientais não eram regionais, mas nacionais, e acelerou a circulação social do discurso ambientalista. Por exemplo, os protestos contra a mina de ouro de Bergama como a resistência ambiental mais conhecida do período contribuíram para a disseminação do discurso ambientalista entre a classe média. O ambientalismo, durante esse período, conseguiu formar uma espinha dorsal baseada na classe média que sobreviveu até os dias atuais.

>>



Protesto ambiental na Turquia. Crédito: Özkan Öztürk.

A ênfase na sociedade civil possibilitou a formação de diferentes organizações ambientais e diferentes perspectivas sobre o ambientalismo. Esse período, que poderia ser chamado de período de institucionalização, abriu caminho para que as organizações ambientais desenvolvessem interesses especiais e se envolvessem em diferentes processos sociais. Organizações não governamentais ambientais com foco em diferentes e específicas questões como problemas agrícolas, proteção da vida natural e combate à erosão agiram para aumentar a conscientização social e o interesse pelo meio ambiente por meio de atividades educativas, bem como para se engajar em seus próprios campos de interesse. Atenção especial foi dada às atividades de conscientização: as atividades de educação ambiental para crianças e jovens adultos fizeram parte de um esforço para criar um grupo social com alta conscientização nos anos seguintes.

Também no mesmo período, não só organizações não governamentais ambientais que operam institucionalmente, mas também movimentos ambientais que visam diretamente a política ganharam força. Os movimentos ambientais, que carecem de recursos financeiros e, portanto, dos meios de propaganda disponíveis ao ambientalismo institucionalizado, continuaram a enfatizar a dimensão política dos problemas ambientais, especialmente com a criação de grupos de trabalho conjuntos e manifestações locais de protesto para a expressão de problemas locais. O denominador comum entre a atitude política-protesto dos movimentos ambientais e o ambientalismo institucionalizado, que estava ansioso para separar o ambientalismo de seu conteúdo político, teve como objetivo chamar a atenção de um público mais amplo para os problemas ambientais.

> Os anos 2000: a profissionalização do ambientalismo

O processo de institucionalização, que ganhou força na década de 1990, proporcionou novas perspectivas para o

ambientalismo nos anos 2000. As agendas das organizações ambientalistas continham metas mais detalhadas em relação à década de 1990, além de identificar as ferramentas utilizadas para atingir essas metas. Como resultado desse processo, que pode ser definido como profissionalização, organizações ambientalistas esclareceram seus programas políticos e econômicos, bem como a estrutura intelectual de sua posição ideológica. No entanto, muitas das novas organizações “ambientalistas” que foram estabelecidas sob a sombra de grandes empresas produziram a propaganda de um ambientalismo domesticado compatível com as práticas econômicas e políticas atuais do capital. Esse interesse pelo ambientalismo não se limitava a organizações estabelecidas sob o controle de grandes empresas. Especialmente em meados dos anos 2000, quando o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) consolidou seu poder político, conservadores e organizações religiosas que queriam expandir sua influência social estabeleceram organizações ambientais com um discurso religioso-ambiental. A referência a um discurso religioso sugeriu reconciliação dentro da conjuntura atual em vez de resolver problemas ambientais no quadro de um bem comum.

Os anos 2000 também foram os anos em que o ambientalismo e o interesse social em problemas ambientais se espalharam das classes médias para as classes mais baixas. Tecnologias de comunicação como a internet tiveram um papel significativo na disseminação de discursos ambientalistas para uma base social mais ampla do que nunca. No entanto, mais importante ainda, um grupo social mais amplo tem se envolvido diretamente nos problemas ambientais devido ao fato de que as políticas ambientais do AKP cada vez mais autoritárias, que estão longe da reconciliação, produzem constantemente esses problemas de maneira mais profunda. Muitos exemplos, como os danos causados por usinas hidrelétricas construídas em córregos às regiões onde são construídas e a centenas de vilarejos dessas regiões, ou a pilhagem de parques nacionais por meio de obras de exploração mineral, levaram à experiência direta da população local dos problemas ambientais juntamente com o autoritarismo político.

O fato de os problemas ambientais serem vivenciados hoje por mais pessoas traz discursos ambientalistas à frente tanto na sociedade civil quanto na política. Nesse sentido, o ambientalismo assumiu um papel na luta contra a política autoritária, bem como na luta contra os problemas ambientais. Reduzir esse papel à sua natureza política significaria ignorar o caminho do ambientalismo em sua curta história na Turquia. Além da luta política direta, o desenvolvimento de iniciativas cívicas com ênfase em valores democráticos e o início de atividades de conscientização por meio da educação ambiental também fortaleceram a qualidade social do ambientalismo. ■

Contato com Özkan Öztürk <ozkanozturk@karabuk.edu.tr>

> Mulheres apanhadas nos confrontos ideológicos da Turquia

por Ilknur Hacisoftaoglu, Universidade Istanbul Bilgi, Turquia



Cartaz em protesto contra as políticas que regulam o corpo das mulheres na Marcha das Mulheres em Frankfurt, 2017. Crédito: Wikimedia Commons.

Os corpos das mulheres estiveram no centro de vários debates políticos ao longo da história da Turquia, assim como em muitos outros países. Neste artigo, tentarei lidar com diferentes instâncias de como os corpos das mulheres se tornaram uma tela para diferentes conflitos políticos.

No início do século XX, no início do período de construção republicana da Turquia, o regime definiu a “nova mulher” da República. O status social das mulheres e suas práticas corporais (por exemplo, a escolha de roupas, esportes e exercícios) foram reunidos dentro da mesma fórmula. As mulheres cumpriam seus deveres e responsabilidades para com a nação turca através de seus corpos e práticas.

Nesse período, um dos pontos focais na discussão dos

valores da República recém-estabelecida foi a clivagem entre civilização e cultura. Os intelectuais e fundadores do novo regime defendiam que a civilização identificada com o Ocidente chegaria ao país por meio da modernização. No entanto, como preservar a cultura que representava a diferença e a especificidade do país também foi uma preocupação significativa. Nesse posicionamento antagônico, as mulheres representavam simultaneamente a diferença do Ocidente e a semelhança com o Ocidente. As “velhas” mulheres, cujo acesso ao espaço público era controlado por regras estritas, foram substituídas pelas “novas” mulheres, que haviam conquistado a igualdade com os homens perante a lei, mas ainda mantinham seus papéis domésticos tradicionais.

Como Çolak afirmou em seu artigo “*Citizenship between secularism and Islamism in Turkey*” [Cidadania entre o secularismo e o islamismo na Turquia], toda mulher turca, como nova cidadã, tinha que cumprir uma série de símbolos, imagens e rituais “idealizados” e “civilizados” refletidos em seus corpos. O esporte era considerado o espaço onde as novas mulheres seriam exibidas. A primeira automobilista de rally Samiye Cahid Morkaya, assim como Halet Çambel e Suat Fetgeri, as primeiras mulheres de um país de dominação muçulmana a participar das Olimpíadas de Berlim em 1936, estavam entre os nomes simbólicos desse período.

> Islamismo, secularismo e a batalha pelos corpos das mulheres

A posição da mulher na sociedade não foi uma questão saliente entre 1950 e 1980. No entanto, o período após o golpe militar de 1980, em que o regime na Turquia foi transformado, testemunhou a ascensão do movimento de mulheres. Como afirmou Nacide Berber, “o movimento feminista independente que surgiu foi, nas palavras de Sevgi Çubukçu, um movimento de ‘revolta’ que não se contentou com direitos legais, se opôs à ilusão de que a igualdade de gênero criada pelo kemalismo fosse concretizada e surgiu com demandas radicais e fundamentalistas”.

Outro movimento que surgiu após 1980 foi o movimento islâmico. Esse movimento se expandiu no campo aberto pelo regime militar e aumentou sua influência ao longo da década de 1990. Após a década de 1990, tornou-

>>

se um movimento de oposição reconhecido com uma posição estática na agenda política. Mais uma vez, com a questão do véu, os corpos das mulheres estiveram no centro dos conflitos na arena pública. O véu era uma parte significativa da retórica dos islamistas, e os hegemônicos da época viam o véu como um símbolo do Islã; eles o posicionaram como uma imagem de contrassecularismo. Assim, as mulheres não podiam trabalhar com véus na cabeça em prédios de serviços públicos, como escolas e ministérios.

O crescente movimento de mulheres também influenciou o movimento islâmico. Com a influência tanto do crescente movimento de mulheres quanto das discussões acaloradas em torno da participação das mulheres no espaço público com o véu, as mulheres tiveram um papel muito ativo no movimento islâmico, principalmente na política local. Em 2002, o AKP, um partido de orientação islâmica, chegou ao poder. A luta das mulheres para ocupar seu lugar no espaço público com seus véus na cabeça era parte essencial de sua retórica. Eles construíram seu discurso sobre a liberdade das mulheres de usar o véu na cabeça, enquadrando sua mensagem em termos do direito das mulheres de fazer o que quisessem com seus corpos. Enquanto no início do período republicano a retórica se baseava na clivagem entre civilização e cultura, e no conflito atual se baseia na laicidade e no islamismo, em ambos os casos os corpos das mulheres são usados como imagem representativa desse embate.

Com o surgimento do movimento islâmico nos anos seguintes, a discussão em torno do corpo feminino ganhou novas camadas. As mulheres com véu não são mais o único debate em relação ao corpo feminino. Alguns líderes de opinião islâmica pediram às mulheres que permaneçam na linha e respeitem os valores islâmicos com seus corpos. Direitos assumidos pelo movimento de mulheres como garantidos voltaram a ser polêmicos. Uma dessas conquistas foi a Convenção de Istambul de 2011, que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência e prevenir, processar e eliminar a violência contra as mulheres e a violência de gênero. Após meses de campanhas de alguns jornais aparentemente pró-governo, a Turquia que não hesitou em assinar a Convenção em 2012, declarou que tinha reservas e se retirou em 2021. De fato, os debates da Convenção de Istambul refletiram a tensão em torno dos direitos das mulheres na Turquia em diferentes esferas. Embora a homofobia tenha sido o tema mais visível das discussões, também ficou evidente que o discurso político, informado pelas preocupações com as mudanças na posição tradicional das mulheres, estava chamando as mulheres liberadas de volta para seus lares.

> Desportistas como símbolos

Enquanto as ondas de choque causadas pela retirada da Convenção de Istambul continuavam, os Jogos Olímpicos de Tóquio começaram. Números quase iguais de homens e mulheres da Turquia participaram das Olimpíadas. Apesar de não ter conquistado uma medalha, o time de vôlei conhecido como *Filenin Sultanları* (“Sultões da Rede”) na Turquia atraiu muita atenção. Uma das razões mais importantes para isso foi que o sucesso da equipe no cenário esportivo internacional ganhou um significado diferente por meio de um tweet postado por um dos líderes de opinião islâmica nas redes sociais¹. O tuíte pedia que as meninas do Islã não fossem como jogadoras de vôlei, descritas como parte da cultura popular, mas que fossem sultanas de modéstia e correção. As mesmas mulheres se tornaram um símbolo da Turquia moderna para os seculares. A seleção feminina de vôlei, assim, rapidamente assumiu um significado simbólico crucial e o corpo feminino, mais uma vez, foi instrumentalizado e transformado em símbolo no debate islâmico-laico.

Enquanto essas discussões aconteciam, uma das jogadoras de maior sucesso do time postou uma foto com a namorada no Instagram. Desta vez, com o aumento dos ataques homofóbicos, aqueles que a defendiam com um discurso antidiscriminação e aqueles que a viam como símbolo de corrupção moral voltaram a se polarizar. No entanto, logo após as Olimpíadas, houve o Campeonato Europeu de Voleibol Feminino, e a seleção turca estava entre as favoritas. Como resultado desses desenvolvimentos, a Federação Turca de Voleibol, instituição afiliada ao governo, fez uma declaração de apoio à jogadora, afirmando que a vida privada de uma pessoa é privada e que nenhum tópico além do sucesso e contribuição da atleta para a equipe deve estar na agenda. Logo depois, a atleta integrou uma equipe na Itália. Como em outros debates em torno da identidade sexual das mulheres atletas e como Pat Griffin explica em seu artigo intitulado “*Changing the Game: Homophobia, Sexism, and Lesbians in Sport*” [Mudando o jogo: homofobia, sexismo e lésbicas no esporte], o pacto de silêncio foi rapidamente promulgado e a questão encerrada.

Atualmente, como também observa o artigo de Asli Telsiren nesta edição, enquanto os corpos das mulheres continuam sendo instrumentalizados para debates políticos, as mulheres continuam lutando para fazer seu próprio destino. ■

Contato com İlnur Hacısoftaoglu
<ilknur.hacissoftaoglu@bilgi.edu.tr>

1. (Em turco) <https://twitter.com/ihsansenocak/status/1419296320267997187>

> A pandemia e os “imigrantes digitais” na Turquia

por **Beril Özer Tekin**, Universidade Doğuş, Turquia, e membro da **ESA Rede de Pesquisa em Sociologia da Saúde e Medicina (RN16)**



Experiências dos imigrantes digitais com dispositivos digitais durante a pandemia. Crédito: Oleg Volovik, Creative Commons.

A Turquia foi afetada pela pandemia da COVID-19 tanto quanto o resto do mundo, causando severos impactos econômicos e sociais em diversos segmentos sociais. Em particular, os idosos (indivíduos com 65 anos ou mais), que são categorizados como um grupo desfavorecido, foram afetados por esse processo de forma diferente em relação a outros segmentos sociais. À medida que o impacto da pandemia aumentava, o “etarismo” também aumentava em consonância com o clima de medo, como apontou Butler (1969). Etarismo é definido como discriminar as pessoas com base em sua idade. Embora o termo tenha uma semelhança com o racismo, a diferença mais importante é que cada um de nós será velho! O artigo enfoca as experiências dos idosos durante as restrições relacionadas à pandemia e, em particular, sua experiência com o aumento da dependência da digitalização.

Segundo dados das Nações Unidas de 2019, existem 703 milhões de idosos (65 anos ou mais) na população global; as projeções mostram que essa população aumentará duas vezes, para 1,5 bilhão em 2050. A Turquia está envelhecendo duas vezes mais rápido que os países europeus, sem combinar emprego e serviços sociais. Considerando o “envelhecimento” da população,

há necessidade de mais estudos sobre o envelhecimento tanto globalmente quanto na Turquia.

> Os idosos como “imigrantes digitais”

O século XXI assistiu à aceleração da digitalização, com o número de usuários da internet aumentando e muitos serviços públicos sendo disponibilizados *online*. Mas nem todos os indivíduos têm o mesmo acesso às tecnologias digitais. Além das variáveis econômicas e educacionais, a idade também traz desvantagens. O termo “imigrantes digitais” (Prensky, 2001) aponta para as dificuldades de entrada dos idosos na arena digital. Refere-se à geração que nasceu antes da disseminação das tecnologias de computador e que conheceu essas tecnologias em uma idade avançada. Isso contrasta com os “nativos digitais” – os filhos pequenos de imigrantes digitais ou seus netos que nasceram ao mesmo tempo que as novas tecnologias. Os imigrantes digitais começaram a aprimorar suas habilidades no uso dessas tecnologias com a ajuda dos nativos.

Os dados do TURKSTAT (Instituto Turco de Estatística, 2020) mostram que o uso de tecnologias da informação por indivíduos de 65 a 74 anos na Turquia aumentou

>>

entre 2015 e 2020. A porcentagem de usuários idosos cresceu de 6% para 27%. O dispositivo mais utilizado é o *smartphone*: de acordo com dados da pesquisa (Binark et al., 2020), 57% das mulheres e 60% dos homens na Turquia usam esses dispositivos para acessar à internet.

Os idosos testemunharam grandes transformações na mídia e na comunicação, começando com jornais e rádio, seguidos por celulares *smartphone*, *smart TVs* e telas sensíveis ao toque. Essa geração, que antes mandava cartas e esperava por telefonemas, está tentando se adaptar à nova era em que o fluxo de informações, a comunicação e a velocidade de comunicação aumentaram. Graças à digitalização, os idosos puderam encontrar um espaço de liberdade e alegria durante as difíceis restrições do período de pandemia. Por outro lado, as plataformas digitais também apresentam alguns aspectos negativos, como poluição da informação, desinformação, fraude e uso de linguagem errada.

> Uso digital por idosos durante a pandemia

A participação dos idosos no processo de digitalização aumentou durante a pandemia. Restrições rígidas foram impostas a eles, como toque de recolher ao sair de sua residência (22 de março de 2020) e proibição do uso de transporte público (novembro de 2020). A restrição ao uso do transporte público para idosos trouxe muitos problemas para o seu dia a dia, principalmente para aqueles que não têm condições de pagar um táxi ou um carro particular. A fragilidade psicológica e fisiológica existente aumentou com a pandemia. Apesar de necessitarem de medicamentos para vários problemas de saúde, como pressão alta, doenças cardíacas, diabetes, problemas renais e distúrbios circulatórios, eles não podiam visitar os médicos para fazer um *check-up* ou regular suas doses de medicamentos.

Infelizmente, os idosos são confrontados com rótulos, estigmatização e discriminação na sociedade. Além dos problemas existentes relacionados à saúde ou problemas psicológicos, a linguagem discriminatória que se reflete na mídia fez com que os idosos se sentissem isolados e excluídos da sociedade. Eles encontraram seu maior apoio

social e psicológico em sua família e filhos durante esses tempos difíceis; os efeitos negativos podem durar anos nessa geração de população idosa. Além das restrições impostas pelo governo, os idosos também enfrentavam restrições impostas pelos filhos em suas práticas cotidianas, como fazer compras, visitar vizinhos ou reunir-se com amigos. A pressão e o controle aumentaram seu medo e ansiedade. Eles pararam de ver seus vizinhos ou amigos e de ir às compras. Ou seus filhos faziam compras para eles, ou eles começaram a fazer compras online. Isso os levou a usar a internet com mais frequência para outros fins além das compras *online*, como em programas de comunicação por vídeo *online* e socialização com seus amigos. Aplicativos como Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e WhatsApp estavam entre preferidos pelos idosos durante a pandemia.

Os idosos desenvolveram mecanismos de enfrentamento como atividade física, caminhada, navegação na internet, assistir filmes e *hobbies* (ler, costurar, meditar, participar de cursos online) em consonância com as possibilidades existentes durante a pandemia. Essas atividades os ajudaram a proteger sua saúde psicológica e física. Mesmo que a maioria dos idosos não tivesse hábitos de caminhada anteriormente, eles adotaram e mantiveram práticas de caminhada durante o isolamento.

Por fim, a internet e as novas tecnologias de mídia têm sido um importante mecanismo de amortecimento durante a pandemia. A internet e as redes sociais cumprem uma função importante no sentido de auxiliar o idoso a lidar com seus problemas e proporcionar oportunidades de socialização e entretenimento. Constatou-se que os idosos utilizam a *internet* de forma bastante efetiva, dependendo de fatores educacionais, econômicos e sociais. As novas tecnologias também são cruciais para um processo de envelhecimento ativo, para facilitar as tarefas diárias e para viver uma vida saudável e independente. Dado que as desigualdades atuais foram aprofundadas durante a pandemia para grupos desfavorecidos, como idosos, mulheres e pobres, é importante que grupos como esses recebam assinaturas de internet, assistência econômica na aquisição de dispositivos *smart* e educação sobre seu uso pelas instituições relevantes. ■

Contato com Nazlı Beril Özer Tekin <btekin@dogus.edu.tr>

> Quais são os caminhos da hiperglobalização à cooperação sustentável?

por **Hans-Jürgen Urban**, IG Metall e Universidade Friedrich Schiller, Jena, Alemanha

As distorções sociais e ecológicas da “hiperglobalização” capitalista (Dani Rodrik) têm sido objeto de muitas pesquisas sociológicas globais, em particular, pesquisas sobre o modo de produção capitalista, que gera diferentes condições de trabalho ao longo de suas cadeias globais de oferta e valor. Essas cadeias são geralmente dominadas por corporações transnacionais que têm suas sedes nos Estados do Norte capitalista e suas empresas fornecedoras no Sul Global.

> Assimetrias nas cadeias de suprimentos globais

A pesquisa global também mostrou violações maciças das normas trabalhistas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos básicos nas condições de trabalho ao longo dessas cadeias. Na linha dos fabricantes de equipamentos originais (OEMs) no Norte capitalista até os produtores de produtos intermediários (fornecedores) no Sul Global, observa-se uma tendência a piores condições de trabalho e maiores riscos à saúde. Essa disparidade geográfica é complementada por diferentes fatores ambientais que causam danos à saúde.

Sem a eliminação dessa discrepância gritante entre a realidade do trabalho e as normas legais e éticas aplicáveis, a transição da hiperglobalização para a cooperação sustentável não pode ser bem-sucedida. A estrutura assimétrica na distribuição das cargas de trabalho e oportunidades de saúde é, conseqüentemente, um ponto de partida recorrente para a resistência dos trabalhadores e para as iniciativas sindicais alcançarem melhorias. No entanto, a mudança é difícil de efetuar porque a distribuição assimétrica de encargos corresponde à distribuição desigual de lucros e custos. As vantagens econômicas das relações de fornecimento e produção sem perturbações concentram-se com os proprietários das OEMs nos países do Norte capitalista, beneficiando assim aqueles com poder e privilégios globais. Até agora, apenas em alguns casos foi possível construir estruturas de poder sindical ao longo das cadeias de abastecimento ou persuadir os governos dos Estados metropolitanos a introduzir regulamentos sociais e ecológicos eficazes.

> Globalização capitalista no ponto de inflexão?

No entanto, a Grande Crise Financeira de 2008, bem como a pandemia global da COVID-19, tornaram o lado sombrio da hiperglobalização capitalista perceptível até mesmo para os aproveitadores dessa constelação. O renascimento de um “protecionismo selvagem” descoordenado destruiu as cadeias de suprimentos globais e os processos de criação de valor. Os mercados de vendas foram abruptamente fechados e a falta de produtos primários levou a interrupções na produção. Embora em alguns casos tenha sido possível encontrar novos fornecedores e abrir regiões alternativas de vendas, o aumento dos custos de aquisição e os custos adicionais de desenvolvimento de mercado ainda pressionam os lucros.

Houve também um segundo desenvolvimento. Nas metrópoles capitalistas, a segmentação e a precarização do emprego remunerado dependente deram origem a zonas de trabalho desprivilegiadas. Elas existem na forma social de trabalho assalariado ou como trabalho autônomo dependente, com diferentes graus de desvantagem em termos de trabalho, saúde e encargos ambientais. Na Alemanha, durante a pandemia do coronavírus, isso ficou evidente nas escandalosas condições de trabalho dos trabalhadores do sudeste da Europa na indústria da carne. Aqui, faltavam até as medidas mínimas de higiene e proteção contra infecções legalmente prescritas pelos legisladores alemães, principalmente devido à pressão dos sindicatos alemães. A cobertura da mídia dessas condições ilegais e desumanas pressiona consideravelmente os atores corporativos e políticos responsáveis.

Um terceiro desenvolvimento são as intervenções legislativas na Europa que impõem novas obrigações de diligência de vencimento às empresas sediadas lá. Isso poderia abrir oportunidades para efeitos positivos nas condições de trabalho dos fornecedores no Sul. Na Alemanha, por exemplo, a chamada lei da cadeia de suprimentos (“*Lieferketensorgfaltspflicht-Gesetz*”) foi aprovada sob pressão de uma aliança social. E, em 2021, o Parlamento Europeu aprovou o projeto de *Diretiva sobre*

>>

“Até agora, apenas em alguns casos foi possível construir estruturas de poder sindical ao longo das cadeias de abastecimento ou persuadir os governos dos Estados metropolitanos a introduzir regulamentos sociais e ecológicos eficazes.”

Diligência de Vencimento Corporativa e Responsabilidade Corporativa. Mesmo que a eficácia dessas regras não seja certa, elas podem ser pontos de partida para iniciativas empresariais e sindicais.

A vulnerabilidade das cadeias de suprimentos globais, que mais uma vez se tornou aparente na pandemia, estimulou um debate sobre os riscos e a racionalidade de uma globalização exagerada. O economista alemão Sebastian Dullien, por exemplo, questionou se a globalização da economia de produção ultrapassou seu ponto ótimo e a utilidade marginal de uma maior globalização não pode mais compensar os riscos. Diante dos enormes danos e sofrimentos que a crise do mercado financeiro e a pandemia do coronavírus causaram, especialmente no Sul Global, os sindicatos e outros atores se deparam com a tarefa de identificar uma possível mudança no caminho da globalização. Os custos de uma globalização cada vez mais frágil, a maior sensibilidade à superexploração dos trabalhadores migrantes e as iniciativas para fortalecer a diligência de vencimento das corporações transnacionais estão criando novas condições para atividades voltadas à regulação social e ecológica da economia global.

> Linhas de pesquisa de uma sociologia pública global

O que isso deve significar para o diálogo sociológico global? Como a ciência social crítica pode contribuir para a melhoria das condições de trabalho nessa constelação histórica? Em primeiro lugar, os pesquisadores dos países onde as cadeias globais de valor estão localizadas teriam que concordar com uma autocompreensão sociológica comum e com linhas comuns de pesquisa. O ditado de Michael Burawoy de uma *sociologia pública global*, que já produziu resultados de pesquisa impressionantes, seria uma base adequada. Do ponto de vista da sociologia do trabalho, seria útil uma linha de pesquisa orientada para a ecologia do trabalho. Mais pesquisas são necessárias sobre os interesses, estratégias e obstáculos para a implementação de regulamentos socioecológicos e padrões mínimos ao longo das cadeias globais de valor.

A interconectividade dos problemas econômicos, ecológicos e jurídicos também requer pesquisas nas quais as abordagens de economia política, socioeconômica e de direitos humanos estejam entrelaçadas. Aspectos da reprodução sustentável do trabalho, das sociedades e da natureza devem ser agrupados em questões comuns de pesquisa. Pesquisas sob o rótulo de *ambientalismo da classe trabalhadora* ou *estudos ambientais trabalhistas* podem fornecer pontos de partida aqui.

Uma linha de pesquisa orientada para uma sociologia organizacional também seria necessária. Até agora, as tentativas de combinar os recursos de poder dos sindicatos nacionais através da formação de organizações guarda-chuva transnacionais permaneceram insatisfatórias. Os esforços para construir estruturas de poder sindical ao longo das cadeias globais de valor também enfrentam grandes obstáculos, como recursos financeiros e humanos insuficientes, especialmente nos sindicatos do sul e grupos de interesse baseados em empresas, e clivagens culturais alimentadas por tradições nacionais e sindicais. A pesquisa deve explorar se a experiência de ser afetado conjuntamente pelas consequências da hiperglobalização também pode promover processos conjuntos de construção de estratégias.

> Panorama

A pesquisa sociológica mostrou que a transição da hiperglobalização para um regime de cooperação sustentável é bloqueada menos por falta de conhecimento do que por interesses e estruturas de poder. Estes não podem ser eliminados apenas por novos esforços de pesquisa. Mas o crescente ceticismo sobre a racionalidade da produção e os vínculos de valor agregado no capitalismo global podem ter aberto uma janela de oportunidade. Se a sociologia global acompanhar essa nova consciência com pesquisa crítica, novos campos de cooperação e novas oportunidades para uma sociologia pública global poderão surgir. ■

Contato com Hans-Jürgen Urban <Hans-Juergen.Urban@igmetall.de>

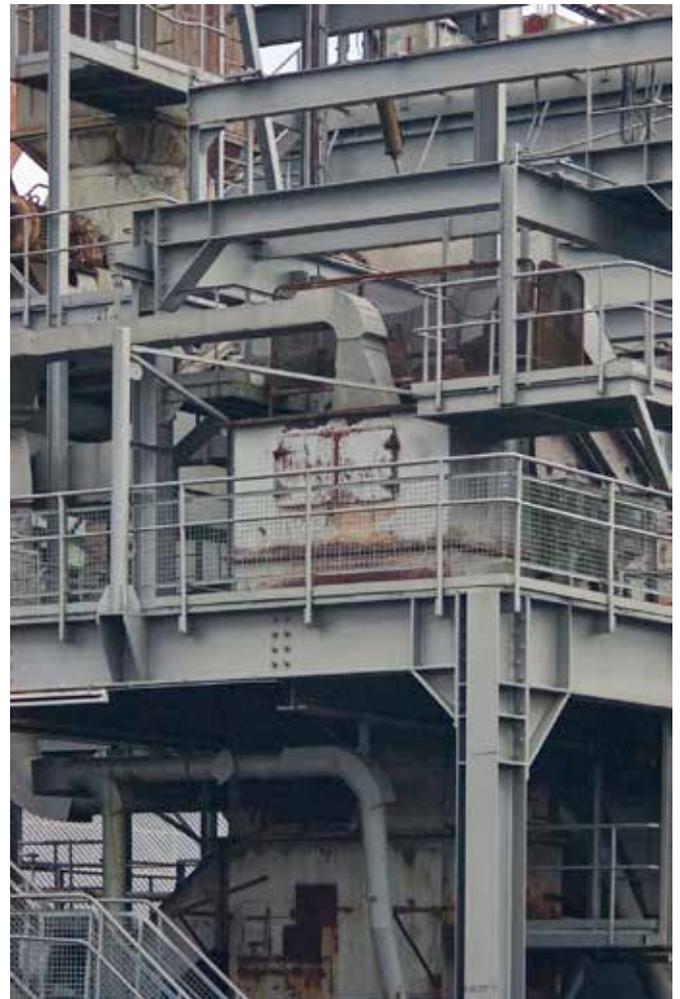
> A natureza volta:

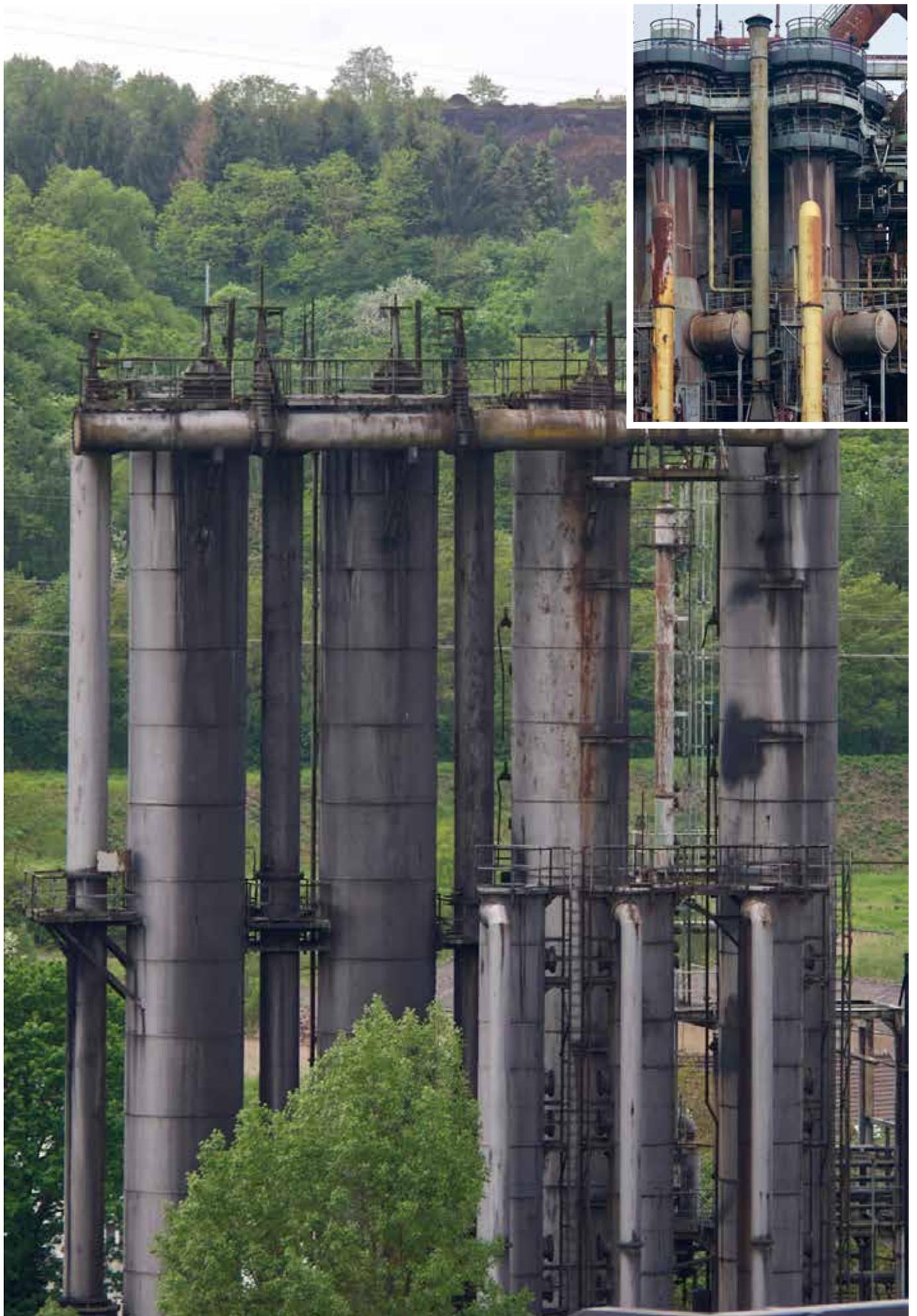
Siderúrgica de Völklinger, patrimônio mundial da UNESCO

A Siderúrgica de Völklinger <https://voelklinger-huette.org/en/> é a única siderúrgica totalmente intacta da era industrial e sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO, mostrando este local de produção e como a natureza volta.

Fotos por Max Aulenbacher. Publicação das fotos no *Diálogo Global* por cortesia do departamento de comunicação, mídia e imprensa do sítio de Völklinger, Patrimônio Mundial da UNESCO. ■

Contato com Max Aulenbacher <max.aulenbacher@t-online.de>







> Por que olhar para cima?

Karl Polanyi sobre o “populismo” de direita

por Sang Hun Lim, Universidade Kyung Hee, Coreia do Sul



Crédito: Ivan Radic/flickr.

A recente ascensão da política radical de direita é frequentemente interpretada como um movimento populista de proteção social por aqueles que foram deixados para trás pela globalização neoliberal. Críticos sociais criticam políticos e intelectuais progressistas que aceitaram a economia de mercado em nome da “terceira via” e que, em vez disso, se concentraram em políticas de identidade, como gênero e etnia, ignorando as desigualdades sociais e de classe econômica. Como solução, eles sugerem a promoção do “populismo de esquerda” como forma de reorientar as classes média-baixa e trabalhadora da retórica radical da direita para um populismo progressista mais aberto e igualitário.

A motivação para o meu artigo (“[Look Up Rather Than Down](#),” *Current Sociology*, 2021, *online*) decorre do questionamento dessa ideia de que as “pessoas” perturbadas são as culpadas pela ascensão da política de direita. A identificação da política radical de direita como populismo não pode explicar o fato de que muitas “elites” de classe alta e média também apoiam partidos e políticas radicais de direita, e que a maioria dos partidos radicais de direita apoia uma ética de trabalho neoliberal. Eles culpam os beneficiários do bem-estar, independentemente de sua nacionalidade. A escrita de Karl Polanyi (1886-1964) sobre o fascismo durante o período entre guerras é reveladora para a compreensão do quebra-cabeça da política radical

de direita. Como se sabe, Polanyi era um crítico da moderna economia de mercado capitalista. Ele explica o desenvolvimento (e, a seu ver, o colapso) da civilização capitalista moderna com sua ideia de “duplo movimento” – conflitos entre o progresso do mercado autorregulador e os contramovimentos de proteção social. Assim, os estudiosos polanyianos muitas vezes interpretam a política radical de direita como uma espécie de movimento de proteção social das massas contra os danos do capitalismo. No entanto, o próprio Polanyi via o fascismo como um movimento extremo das elites capitalistas para proteger a economia de mercado autorregulada.

> O duplo movimento e o fascismo de Karl Polanyi

Polanyi argumenta que os economistas e capitalistas liberais tentaram isolar a economia da intervenção das “massas”. O mercado autorregulado invade a vida humana e social das pessoas por meio da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Aqueles que são privados de seu sustento e relacionamento social por causa dessa “mercantilização fictícia” podem muito bem querer se proteger dessa invasão do mercado autorregulado. Para aqueles que desejam proteger o mercado autorregulado, a influência protetora das massas na economia distorce o funcionamento “natural” do mercado, o que leva à baixa produtividade e, eventualmente, ao apocalipse malthusiano.

>>

Historicamente, os capitalistas encontraram um compromisso entre a proteção do livre mercado e a política democrática. No entanto, a forte desaceleração econômica leva ao aumento da pressão das forças democráticas e, ultimamente, a um impasse entre os dois lados. Esta era a situação durante a Grande Depressão na década de 1930. O fascismo apareceu como uma “saída fácil”, salvando a economia capitalista de mercado ao destruir a democracia e transformar o capitalismo de um sistema individualista em um sistema corporativista que disciplina as pessoas para contribuir produtivamente para o “bem comum”. Polanyi nos lembra que nenhum dos líderes fascistas do entreguerras, mesmo Hitler, ganhou poder político sem o apoio das elites políticas e econômicas.

É claro que o fascismo na década de 1930 não é idêntico à situação política atual. Uma diferença frequentemente apontada é que os atuais políticos radicais de direita muitas vezes abraçam abertamente as instituições democráticas. No entanto, deve-se notar que a política radical de direita nas novas democracias muitas vezes faz com que sua democracia se degenere em “democracias não liberais” ou mesmo “ditaduras eleitorais”. Além disso, a agitação política após a recente eleição presidencial nos EUA mostra que mesmo a eleição, uma instituição democrática fundamental, pode ser desafiada em uma democracia aparentemente estável.

> O fascismo de Polanyi e a atual política de direita

Como o título do meu artigo sugere, Polanyi nos diz para “olhar para cima” em vez de para baixo ao diagnosticar o empoderamento da política radical de direita. Para evitar a vitória da política radical de direita, precisamos dividir as classes alta e média, pelo menos tanto quanto unir as classes baixa e média baixa. Dessa forma, podemos evitar a concentração de recursos e informações que as elites capitalistas podem mobilizar para frustrar as políticas de proteção social promovidas por governos progressistas, que, no período entre guerras, agravaram o impasse entre democracia e capitalismo e lavraram o terreno para uma solução fascista. Como podemos dividir as elites de classe alta e média? Em certo sentido, o realinhamento ao longo da política de identidade obscureceu o vínculo entre

classe social e ideologias partidárias. Esse realinhamento divide os membros das classes alta e média, atraindo muitos deles para o lado progressista. É claro que, como no termo crítico de Nancy Fraser, para os “neoliberais progressistas”, existe o perigo de ignorar os conflitos de classe e a desigualdade econômica. No entanto, não deve ser esquecido que questões de política de identidade alinharam muitos membros das classes alta e média com partidos progressistas.

Outra forma possível de dividir as elites pode ser encontrada nas políticas sociais universalistas. Thomas Piketty mostrou que a grave desigualdade de ativos supera a desigualdade de renda. Muitos jovens profissionais ricos em renda, mas pobres em ativos, podem querer estar segurados contra perdas futuras de renda, bem como contra a possível diminuição do valor de seu profissionalismo devido às transformações tecnológicas e industriais. Os partidos progressistas poderiam promover políticas assistencialistas universalistas, que beneficiassem não apenas as classes mais baixas, mas também os profissionais da classe média alta. Em particular, um esquema de seguro social relacionado aos rendimentos combinado com um sistema redistributivo igualitário de taxa fixa provavelmente atrairá esses profissionais de alta renda e de baixo patrimônio.

> Conclusão

Ao interpretar a política de direita como um movimento de proteção social “populista” nos faz “olhar para baixo”, jogando a responsabilidade por tais políticas nas vítimas da globalização neoliberal. O diagnóstico do fascismo de Polanyi nos leva a “olhar para cima” para as elites capitalistas, sem cuja provisão de recursos e informações, políticos radicais de direita dificilmente poderiam tomar o poder político. Polanyi nos lembra que, apesar de toda sua retórica populista, políticos radicais de direita têm apoiado a economia de mercado. Se aceitarmos o diagnóstico de Polanyi do empoderamento político do fascismo como uma tentativa das elites de proteger o mercado autorregulado, devemos considerar como dividir as elites capitalistas tanto quanto como promover a unidade entre as classes mais baixas. ■

Contato com Lim Sang Hun <limsanghun@khu.ac.kr>

> Aprendendo com as histórias de perpetradores de homicídios

por **Martín Hernán Di Marco**, Universidade de Oslo, Noruega e membro do Comitê de Pesquisa sobre Biografia e Sociedade da ISA (RC38)



Penitenciaría San Martín (foto pequena) e Penitenciaría Federal Devoto (foto maior), em Buenos Aires.
Crédito: Martín Hernán Di Marco.

Os homicídios têm sido abordados por uma ampla gama de áreas, desde ciências sociais e psicologia até direito, literatura e cinema. O fascínio pela violência, como diz Orian Binik, é ilustrado pelo conjunto de teorias acadêmicas e leigas que levantam questões sobre como pensamos sobre esse tema. No entanto, demonizar, mitificar, medicalizar ou partir da premissa de que as ações dos perpetradores são irracionais tem minado a possibilidade de compreender plenamente os processos sociais por trás disso.

Um paradoxo central neste tópico é que as histórias e biografias dos criminosos de homicídio raramente são estudadas, levando em conta seus próprios termos e lógicas. A extensa pesquisa acadêmica ampliou o conhecimento sobre as características das mortes violentas nos níveis micro, meso e macro. Embora essa ênfase tenha justificadamente ampliado o conhecimento de tendências estatísticas e variáveis-chave (como idade, gênero e status socioeconômico), tem sido prejudicial para a análise abrangente dos processos narrativos.

> A visão de mundo dos homicidas: um apelo por uma compreensão empírica

David Riches, um pioneiro no campo da antropologia da violência, afirmou que uma característica fundamental desse campo é que “violência” é um termo empregado por testemunhas e vítimas, mas geralmente falta a explicação subjetiva de seus atores. Uma vez que foi dada maior atenção aos dados quantitativos, as formas específicas pelas quais os infratores racionalizam e vivenciam a violência são menos conhecidas.

O que podemos aprender com as perspectivas dos ofensores? Como suas histórias e vidas contribuem para a compreensão do homicídio entre homens? Com base na criminologia narrativa, o objetivo da minha pesquisa de doutorado foi compreender as narrativas empregadas por delinquentes e analisar a importância que esses eventos têm em suas histórias. Essa abordagem, por sua concepção, evita uma análise essencialista e tenta destacar que os significados atribuídos às práticas

>>

violentas são historicamente e culturalmente moldados em cada grupo social.

> Uma abordagem narrativa e biográfica

Os dados deste estudo foram derivados de uma amostra de 72 entrevistas narrativas com agressores do sexo masculino na região metropolitana de Buenos Aires, Argentina. Para se enquadrar nos critérios de amostragem, os participantes foram os acusados de homicídio intencional masculino-masculino no contexto de brigas e disputas interpessoais. As entrevistas seguiram o discurso e os períodos de tempo que os homens escolheram explorar. O processo de agrupamento – deixando de lado experiências e crenças pessoais – foi fundamental na análise. O trabalho de campo foi realizado em prisões federais e provinciais, bem como nas casas de homens que cumpriram suas penas.

Cada participante recebeu as transcrições das entrevistas realizadas com ele, e uma pequena história de vida reconstruída foi escrita em colaboração com o participante. Um processo de codificação aberto e axial foi seguido. Este artigo centra-se em dois domínios: pontos biográficos de virada (momentos identificados como encruzilhadas) e racionalidades (explicações dos participantes que dão sentido aos acontecimentos).

> Mortes violentas: significados e histórias

Explorar as formas como os criminosos deram sentido ao homicídio revelou-se uma empreitada interessante e frutífera. Três pontos principais se destacam em relação à forma como os homens apresentavam e significavam a violência e a morte violenta.

Primeiro, a violência física foi falada e apresentada de maneiras diversas e inconstantes. A violência foi descrita como espontânea, natural, resultado lógico de um estado emocional ou de uma dinâmica situacional; era vista como um dispositivo necessário, uma forma de punição e uma prática restauradora de honra, masculinidade e status; foi também uma ação não intencional, ou um evento infeliz forçado por circunstâncias sociais. A violência, como prática e recurso, é uma ação polivalente. Para neutralizá-la e racionalizá-la, os homens recorreram à minimização da agência, desviando os sentimentos de remorso e se alinhando a certos roteiros dominantes (“Eu não tive escolha”, “Ele tinha que vir”, “Eu estava fora de controle”, “Foi minha educação, não eu”). A violência, portanto, nunca deixou de ter sentido, sendo, em última análise, um recurso legítimo empregado pelos atores.

Em segundo lugar, contrariamente à minha hipótese inicial e às teorias hegemônicas no campo da saúde mental, que medicalizam a atuação da violência afirmando

sua natureza “traumática”, o homicídio não se apresentou predominantemente como um ponto de inflexão. O abandono dos pais, a perda do emprego em contexto de crise econômica, os rompimentos românticos, a conquista ou perda de amigos e, principalmente, a prisão representaram transições significativas em suas histórias de vida. Esses eventos mudaram seu “eu” e a maneira como eles se viam e aos outros. No entanto, o homicídio em si raramente foi apresentado como o momento da encruzilhada.

O fato de o aprisionamento, mais do que o assassinato, ter sido descrito como o grande evento estava relacionado ao que essa instituição significava para eles. Foi apresentado como o momento “fundo do poço” de suas vidas, uma oportunidade de mudança e reformulação de seu curso de vida, a redenção de um eu anterior, ou mesmo um evento determinado pela sociedade.

Terceiro, prisão, homicídio e eventos vitais anteriores foram predominantemente apresentados como “experiências de aprendizado”. Os discursos predominantes empregados pelos entrevistados tendiam a avaliar positivamente as experiências nocivas. Prisão, brigas, perda de contato com parentes e amigos foram decodificadas como momentos de amadurecimento, crescimento pessoal, transformação subjetiva ou fortalecimento. Uma morte violenta pode inaugurar um novo “eu”. Essa racionalidade está profundamente ligada à masculinidade hegemônica, mas também aos discursos que circulam na prisão (isto é, psicologia, *coaching*, religião, reabilitação e dispositivos de assistência social) que moldam as histórias.

> Observações finais

Como os interacionistas sociais têm enfatizado ao longo das décadas, resguardar a perspectiva dos atores sociais é necessário para compreender a realidade social e evitar recolocá-la em categorias científicas pré-estabelecidas. Embora haja uma infinidade de teorias acadêmicas sobre homicídio – referenciando o impacto “traumático” quase universal da morte na vida do infrator – apenas explorações empíricas sobre a construção de sentido podem contribuir para a compreensão abrangente do fenômeno. Na academia e no senso comum, matar está associado a um momento existencial e a um ato irracional, perturbado ou imoral. Esta pesquisa mostra o contrário.

Revisitar dados, teorias, estruturas e dispositivos institucionais existentes que atribuem certos significados à violência sem ter fundamento empírico para eles constitui um caminho digno de investigação, ainda amplamente inexplorado. ■

Contato com Martín Hernán Di Marco <mh.dimarco@gmail.com>

> Trabalho de entrega por plataformas digitais no Brasil

por **Bruna da Penha** e **Ana Beatriz Bueno**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil



Trabalhadores de entrega no Brasil no início da pandemia de COVID-19. Crédito: Marcelo Renda/[Pexels](#).

A partir de dados empíricos primários e de uma reflexão sociológica, investigamos o impacto da pandemia nas condições de trabalho dos entregadores no Brasil. Buscamos também analisar se esse impacto pode influenciar na compreensão subjetiva da desigualdade pelos trabalhadores. Partimos da hipótese de que a crise sanitária não criou tal desigualdade (interna ao capitalismo), mas a agravou. Isto é, potencializou a degradação das condições laborais, com foco para jornada de trabalho, remuneração e riscos, aprofundando as contradições do conflito capital-trabalho. Na nossa pesquisa empírica, tomamos como base um banco de dados inédito, com amostra de cem entregadores de plataformas digitais no Brasil. Esses dados foram obtidos por meio de respostas em um formulário do *Google Forms*, veiculado por postagens em redes sociais, com foco para grupos de entregadores das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste do Brasil. As respostas foram recebidas entre março e maio de 2021, e incluem dados quantitativos e qualitativos.

> Uberização e conflito capital-trabalho

Longe de compreender a uberização do trabalho como uma completa inovação histórica, cabe-nos situá-la na materialidade social. Isto é, ela não representa uma incompatibilidade ou desvio com relação à forma como o padrão de acumulação capitalista se mantém em curso desde sua gênese. A relação social que marca o trabalho uberizado é a da mercantilização da força de trabalho, cuja necessidade se explica pela prévia expropriação dos meios de vida. Essa é a condição social do padrão do trabalho subordinado no capitalismo, e que independe, portanto, da forma jurídica pela qual essa dinâmica se exterioriza.

Se, por um lado, a uberização não deve ser entendida como uma novidade histórica; por outro, é preciso compreender os contornos a partir dos quais esse fenômeno se delinea no cenário contemporâneo. No caso dos entregadores no Brasil, a percepção da desigualdade na relação entre os trabalhadores e as plataformas parece

>>

se pautar, em larga medida, pelo compartilhamento da experiência cotidiana e urbana do trabalho. Muito embora a fragmentação do processo de trabalho seja cada vez maior, as formas de pedalar pela cidade e de se encontrar com o outro produzem sentidos próprios a essa relação.

Além disso, por ser eminentemente relacional, a atividade de entrega explicita a característica mais basilar do trabalho humano: o fato de ser um processo de mediação da realidade e de desenvolvimento de relações intersubjetivas. Esse é um aspecto importante para a construção das percepções acerca das desigualdades, bem como para a articulação coletiva dos movimentos contestatórios. Na sequência, expomos os principais resultados obtidos com a pesquisa empírica que realizamos.

> O questionário no Google Forms

Quando perguntados sobre a quantidade de horas por dia em que realizavam entrega durante a pandemia, a maioria dos respondentes (42%) afirmou trabalhar de nove a doze horas, seguida pelo quantitativo que indicou trabalhar oito horas (20%) e treze horas ou mais (13%). Já quando questionados sobre a jornada no período anterior à pandemia, e se tomarmos como amostra o quantitativo de respondentes que já realizava entregas naquele período (66 respondentes), 39,3% trabalhava de nove a doze horas, 22,7% oito horas, e 9% treze horas ou mais. Observa-se, portanto, um aumento nas jornadas de trabalho.

Quanto ao rendimento mensal que auferiam com as entregas, em média, durante a pandemia, a maior parcela (25%) afirmou receber menos de um salário mínimo brasileiro (que era equivalente a 1.100 reais ao tempo das respostas), seguida de 23% que indicou entre 1.100,00 e 1.650,00 reais. Por sua vez, 15,3% afirmou que recebia uma remuneração mais baixa do que o valor de um salário mínimo no período anterior à pandemia (considerando o mesmo valor de 1.100,00 para o salário mínimo). A maioria dos respondentes (cerca de 37%) afirmou que, antes da pandemia, recebia entre 2.750,00 reais e 3.300,00 reais – ao passo que, durante a pandemia, apenas 15% auferia essa média remuneratória. Isso demonstra significativa queda na remuneração mensal, muito embora a demanda pelo serviço e a jornada média tenham aumentado.

Existe, portanto, um evidente crescimento na taxa de respondentes que trabalha treze ou mais horas por dia, bem como na taxa dos que auferem menos de um salário mínimo por mês. A remuneração, a propósito, parece ser um fator determinante na percepção subjetiva acerca das desigualdades do trabalho em plataforma, principalmente ao se considerar que, para cerca de 84% dos respondentes, essa é a sua única fonte de renda. Isto é, longe de se configurar como uma complementação de remuneração, essa atividade tem um caráter de composição integral da renda dos trabalhadores no Brasil.

Quanto às reivindicações, assume absoluto destaque o pleito de aumento nos pagamentos (que aparece em 91% das respostas), seguido do fim de bloqueios injustificados, seguro contra acidentes, auxílio-alimentação, maior autonomia, benefícios trabalhistas e carteira assinada. Com relação a esse último elemento (regulação via contrato de emprego), uma taxa de menos de 20% dos respondentes o sinalizou como parte de suas reivindicações. Uma possível explicação passa pelo fato de que, em um momento de exacerbação de uma ampla crise social, os aspectos mais visíveis da desigualdade se sobressaem. A dimensão monetária dessa relação possui o condão de encarnar em si, como sua expressão mais explícita, as contradições sociais da dinâmica desse trabalho.

Quanto aos motivos expostos para a busca do trabalho de entrega, praticamente todos mencionaram a necessidade de auferir renda. Sobre o perfil sociodemográfico, 98% dos respondentes eram homens, 54% se declararam pardos ou negros, e eram majoritariamente jovens. A maioria dos respondentes (24%) tinha de 31 a 35 anos, seguida pelos de 21 a 25 anos (19%), de 35 a 40 (18%), e de 25 a 30 (17%). Isso parece refletir, em larga medida, o fato de que os jovens constituem a faixa mais afetada pelo desemprego. Quanto à escolaridade, 77% dos respondentes possuíam formação em nível médio e/ou superior. Por fim, 33 respondentes afirmaram que já sofreram acidentes no trabalho, mas apenas um sinalizou ter recebido algum suporte da plataforma. Essa dimensão das condições de trabalho escancara a desproteção social a que estão submetidos os entregadores. Esses dados mostram que a pandemia da COVID-19 tornou mais explícitas as contradições e desigualdades do conflito capital-trabalho no Brasil, amplificando a precarização das condições laborais dos entregadores. ■

Contato com:

Bruna da Penha <brunapmcoelho@gmail.com>

Ana Beatriz Bueno <anabeatrizbuenoadv@gmail.com>